



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA
REALIZADA NO DIA 6 DE MARÇO DE 2026

Ata n.º 05

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de treze de fevereiro e aditamento de dezanove de fevereiro, sendo a Mesa Composta por: -----

Presidente da Assembleia Municipal: Luna Silva; -----

Primeiro Secretário (em regime de substituição): Nuno Filipe Ricardo Cabrita; -----

Segundo Secretário: António Mariano dos Santos Henriques Maia Alves; -----

e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Apreciação da **informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal**, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação das atas de 26-11-2025, 12-12-2025 e 30-12-2025; -----

PONTO TRÊS: Tomada de conhecimento da proposta de **alteração ao Sistema de Controlo Interno**; -----

PONTO QUATRO: Tomada de conhecimento dos **apoios concedidos à Freguesia de Albufeira e Olhos de Água**; -----

PONTO CINCO: Tomada de conhecimento da **relação dos compromissos plurianuais assumidos pelo Presidente da Câmara**; -----

PONTO SEIS: Tomada de conhecimento do **Relatório Anual 2025 - CPCJ de Albufeira**; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação da alteração ao **Regimento da Assembleia Municipal**; -

PONTO OITO: Apreciação e deliberação da atualização dos valores da **quota a pagar à ANAM**; -

PONTO NOVE: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, para **representante no Conselho Municipal de Saúde**; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos, referente ao **“Protocolo de Funcionamento da 3.ª Equipa de Intervenção (EIP) de Albufeira”, até ao limite de 169 788,94€**; -----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro referente à **Candidatura “SIPAM – Sistemas Importantes de património Agrícola Mundial” no âmbito do Aviso n.º ALGARVE – 2024-40 – Conservação da natureza, biodiversidade e património natural, do Portugal 2030**, pelo valor de 29.212,50€; -----

PONTO DOZE: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, para **representante no Conselho Municipal de Educação**. -----

PRESENCAS: Luna Silva, Desidério Jorge da Silva, Carla Alexandra dos Santos Vieira, António Mariano dos Santos Henriques Maia Alves, Helena Maria Palhota Dias Simões, Beatriz Alves Pereira, Domingos Manuel Martins Coelho, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaros Dinis, Margarida Maria Jorge Guilherme, Luis Manuel Correia Rodrigues, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Maria José Nobre Leote, Henrique Manuel Cabrita Coelho, Luis Matias Afonso, Sónia Maria Garcia D’Almeida, Otelo Guerreiro Cabrita, Flávia Rodrigues Pereira, Nuno Filipe Ricardo Cabrita, Nelson José Guerreiro Cachita, Raúl dos Reis Melrinho Annes, Alberto Esteves do Rego Saraiva, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água – Cláudio Marujo, de Ferreiras – Joana Mascarenhas, da freguesia da Guia – Dinis Nascimento e de



Paderne – Rita Coelho. -----

Faltas: Jorge Loureiro, Maria Isabel Rodrigues e Hugo Aires. -----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros e devidamente justificados, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Beatriz Pereira, Sónia Almeida e Raul Annes. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, Rui Celestino dos Santos Cristina e dos Vereadores, Jorge Manuel Aleluia Clemente Carmo, Maria Cristina Monteiro Rosquilha Corado, Rogério Pires Rodrigues Cabrita, Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira, Cláudia Cristina Dias Guedelha e Victor de Oliveira Ferraz. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), a Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube. -----

Presidente da Assembleia: “Antes de entrarmos no período de intervenção do público, quero informar o plenário das comunicações que a Mesa recebeu. Em primeiro lugar, comunicar que, a Mesa recebeu a comunicação do senhor deputado Raul ferreira, no passado dia três de março de dois mil e vinte e seis, de renuncia do mandato e, eu vou passar a ler a comunicação. (Doc. n.º 1 anexo a esta ata). Ainda, recebemos no dia quatro do presente mês de março, a comunicação de renuncia do mandato da senhora Cláudia Raimundo. (Doc. n.º 2 anexo a esta ata). Uma vez que tratam de ser renuncias dos mandatos, nos termos do artigo quarenta e nove do Regimento, os cidadãos imediatamente a seguir na respetiva lista da candidatura da coligação Ser Albufeira irão tomar posse, hoje, como membros desta Assembleia Municipal. Assim começo por chamar o senhor membro Alberto Esteves do Rego Saraiva, à Mesa para prestar o juramento. (Doc. n.º 3 anexo a esta ata). Chamo agora à Mesa a senhora Flávia Rodrigues Pereira, para prestar o juramento. (Doc. n.º 4 anexo a esta ata). A Mesa quer ainda apresentar ao plenário que se faça um minuto de silêncio em honra e em memória do nosso falecido Presidente José Carlos Rolo. -----

Fez-se um minuto de silêncio. -----

Presidente da Assembleia: “Antes de avançarmos para o período de intervenção do público, tenho um comunicado a fazer à senhora Vereadora Cláudia Guedelha, a Mesa recebeu uma sentença de um processo judicial, intentado pela senhora Vereadora, por um dos arguidos com o nome Daniel Silvestre Rodrigues, e acho por bem, se a senhora Vereadora quiser ir no púlpito para eu ler em voz alta o que ficou decidido nesta audiência, discussão e julgamento. (Doc. n.º 5 anexo a esta ata) -----

Vereadora Cláudia Guedelha: “Quero agradecer e dizer que ontem recebemos a sentença, da queixa que eu apresentei contra o senhor Ricardo Neves, o qual foi condenado na totalidade. Existe justiça em Portugal, muito obrigada.” -----

Helena Simões: “Duas questões muito rápidas Senhora Presidente e os demais na Mesa, cumpre esclarecer, se vai ser exposto ao plenário e à Assembleia Municipal, o pedido de esclarecimentos relativamente ao adiamento da Assembleia Municipal, da passada semana, para esta, da mesma maneira que questiono a Mesa, porque vejo caras novas, quem é que está substituído e, quem é que o está a substituir.” -----



Presidente da Assembleia: “Relativamente à primeira questão, não me foram enviados nenhuns esclarecimentos a fazer. Sobre as substituições, peço ao senhor Primeiro-Secretário, pode dizer que substituições tratam de ser.” -----

Primeiro-Secretário (em regime de substituição): “Vou informar as substituições, no lugar do senhor Jorge Loureiro, Beatriz Pereira, em substituição de Maria Rodrigues, Sónia Almeida, em substituição da Cláudia Raimundo, Flávia Pereira, em substituição de Hugo Aires, Raul Annes, em substituição do Vereador falecido, Rogério Neto, em substituição do Vereador Cristiano Cabrita, Ana Oliveira.” -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Lucas Sousa: “Muito boa noite, Excelentíssima Senhora Presidente, Excelentíssimo Presidente nas vossas pessoas gostaria de cumprimentar todos aqui presentes e também aqueles que nos acompanham lá em casa. Permitam-me que faça uma intervenção que versará, sobretudo sobre pessoas, identidade e dinheiro, que acho três temas sempre muito interessantes. Começaria por falar da Gala de Abertura da Cidade Europeia do Desporto que tivemos, há uma semana, porque a verdade é que, ao sair de lá fiquei até agradado com aquilo que vi, mas entretanto, pela consulta, quer do portal base, quer do YouTube, existiram duas coisas que saltaram à minha atenção. Em primeiro lugar, eu reparei que a Câmara Municipal de Albufeira, para a Gala de Abertura de dois mil e vinte e seis, contou com a contratação da mesma empresa que a Câmara de Matosinhos para a Gala de Abertura de dois mil e vinte e cinco. O que, não tem problema algum, mas depois notei que, a de Matosinhos custou cento e vinte mil euros, e a nossa custou trezentos e vinte e cinco, pelo menos era a informação no portal base. Depois, vi outra coisa, assisti no YouTube, quer à nossa Gala de Abertura, quer à Gala de Abertura de Matosinhos e percebi que, elas eram relativamente idênticas, quer no alinhamento, quer a senhora da linguagem gestual, também a própria apresentadora era a mesma, até eventualmente a parte das pessoas que foram fazer momentos musicais e a música de final eram a mesma. Portanto, a pergunta é simples, o que é que justificou a diferença? Porque olhando para os valores dá um bocadinho a impressão de que fomos roubados. Relativamente também à Gala de Abertura e uma vez que tudo é simbólico e, não só de semelhanças se fizeram estas duas Galas de Abertura, também gostaria de perceber o que é que motivou a que na nossa Gala de Abertura, por exemplo, não estivesse no palco o senhor Vereador responsável pelo desporto, que é também Vice-Presidente da autarquia, achei de notar este ponto. Depois, relativamente ao tema das pessoas e, este tema já tem vindo a ser trazido também em outras Assembleias Municipais passadas, tem a ver com aquilo que tem vindo a ser, a vinda de pessoas, nomeadamente de Loulé, para fazerem a chefia de algumas divisões e departamentos da Câmara Municipal de Albufeira. Às vezes, parece que, o Senhor Presidente está nesta demonstração empírica do paradoxo do navio de Teseu, ou seja, se aos poucos e poucos fomos substituindo as chefias de Albufeira por pessoas de Loulé, às tantas será que ficamos com a Câmara de Albufeira ou com a Câmara de Loulé no final? Era para perceber se o Senhor Presidente ainda tem, nos próximos tempos, previstas muitas mais alterações? Veremos então o navio de Teseu como é que fica e também relativamente ao custo destas pessoas, porque as pessoas que vêm de Loulé não vêm no fundo substituir as pessoas de Albufeira, que continuam contratadas pela Câmara Municipal, parece-



me. Portanto, o que acaba por acontecer é quase que uma duplicação de custo, quem cá está continua a ser pago, quem vem de fora passa a ser pago, pelo menos a partir de um determinado período passa a ser pago, no regime de mobilidade, pressuponho que existem alguns meses onde as pessoas até podem ficar cobertas com, digamos, a autarquia de origem, mas também como entenderá, das duas uma, ou as pessoas vieram fazer aqui um part-time relativamente a alguns meses de trabalho ou ficam cá durante mais alguns meses e, portanto, passam a ser um encargo para a Câmara Municipal, e nesse aspeto e, uma vez que vi que o orçamento que entregou também para o ano de dois mil e vinte e seis pressupôs um aumento com aquilo que eram as despesas de pessoal, quanto desse aumento de pessoal, no fundo, é para estas chefias e não para a contratação, digamos, de novas pessoas, porque estas vêm substituir as chefias que já existem e funções que já existem. Duas outras questões, estas muito rápidas não estão, por favor, com um tom provocatório, não é, é mesmo curiosidade, sobre a saída da sua chefe de gabinete que saiu, por coincidência, na semana de aniversário, se nos pode falar um bocadinho sobre as razões pela sua saída, se, entretanto, já foi substituída por alguém ou se tenciona fazê-lo. Uma última questão e, mais uma vez, é só uma curiosidade que lhe coloco, sabe por acaso, quanto ganhava a engenheira Sara Cristina na Câmara Municipal de Loulé e quanto ganha na Câmara Municipal de Albufeira?” -----

Vítor Santos: “Excelentíssima Senhora Presidente de Assembleia Municipal, excelentíssimo Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados, e todos os presentes, boa noite. Venho a esta Assembleia expor uma situação que considero muito grave e que envolve a segurança de uma criança. A minha neta tem doze anos, tem dificuldades de inserção social e alguns problemas cognitivos associados ao autismo, esta situação é do conhecimento da escola e está devidamente comunicada a todos os serviços. No dia doze de fevereiro de dois mil e vinte e seis a minha neta foi participar numa visita de estudo organizada pela escola de Paderne. Foi com muita alegria e entusiasmo e participou nessa atividade. De manhã a minha neta foi entregue à sua professora responsável pelo acompanhamento dos alunos nessa visita, a professora ficou também com o contacto telefónico da minha filha, a mãe da menina, para que pudesse ser avisada aquando da chegada a Paderne da criança. No entanto, ao regressar a Paderne, cerca das vinte horas e quarenta e cinco minutos, numa dessas noites de temporal, de muita chuva, muito vento, as crianças foram simplesmente deixadas no parque de estacionamento do Pavilhão Paderne. Inicialmente tinha posto uma palavra, um bocado mais forte, que era “descarregadas”, mas anulei essa palavra e pus “foram deixadas”. Acontece que, não houve nenhuma verificação para qualquer entrega aos presentes, se havia pais, se não havia pais, se havia responsáveis, simplesmente abandonaram-nas lá. A minha neta ficou sozinha, à chuva, à noite, no pavilhão de Paderne, sem ninguém, sem qualquer adulto responsável da escola. Felizmente estava lá o pai de um outro aluno, que se apercebeu da situação e abordou a minha neta, conhecendo e sabendo a situação dela e perguntou o que ela tinha. Ela disse que estava à espera de minha filha, por acaso é enfermeira, e tinha ficado acordado com a professora de lhe ligarem para avisar que estava a chegar. Durante esse tempo, ela ficou lá sozinha, depois ficou a aguardar com o acompanhamento de um pai de um aluno, que por casualidade, dito por ele também o filho dele deveria vir na parte de trás do autocarro e foi dos últimos a sair, então ele demorou lá mais tempo e aguardou e viu a minha neta lá. Durante esse tempo foram feitas várias



chamadas para a professora a quem a criança foi entregue de manhã, mas essa professora pura e simplesmente desligava o telefone e não atendia. Viemos a saber que essa professora já estava em Albufeira. Tinha abandonado os alunos em Paderne e já estava em Albufeira, porque estava com muita pressa, porque tinha de entregar alunos em Albufeira. Posteriormente, reunimos com a diretora da escola, com a diretora de turma e também eu, pessoalmente contactei diretamente o diretor de agrupamento e expus a situação. Acontece que, até à data de hoje, não tivemos absolutamente nenhuma resposta de nada, não houve absolutamente nenhum contacto com ninguém. Quero deixar claro que, não estou aqui movido por espírito de punição, não pretendo que a professora seja sancionada de forma desproporcional, o que pretendo é algo simples e essencial, que exista responsabilização, um pedido de desculpas e que sejam tomadas as medidas necessárias para que nunca mais uma criança seja sozinha deixada nestas circunstâncias. Como devem imaginar, a minha neta tem doze anos, tem dificuldade cognitiva, dificuldade de expressão, é uma criança influenciável, uma criança pequenina com doze anos, compreendam que se algo lhe tivesse acontecido, se ela não estivesse lá eu não estava aqui agora também, porque eu já estava preso, porque acho que isso é uma falta de responsabilidade muito grande abandonar uma criança, seja ela quem for e isto vai ter que ser responsável e como digo, não quero que haja responsabilidade para a professora, não, quero que ela seja chamada à atenção, peça desculpas e que sobretudo isto hoje aqui fique registado para que nada disto volte a acontecer. A segurança das crianças deve ser uma prioridade absoluta nas instituições educativas. Eu considero que, quando eu entregava as minhas filhas à escola, estava a depositar a confiança, a depositar a segurança das minhas filhas na escola. E o que está a acontecer não é isso, o que me estou a aperceber é que nós deixamos as nossas crianças na escola, mas elas andam ao deus-dará, não há responsabilidade absolutamente nenhuma. Quando nós contactamos as escolas, o que nos dizem é falta de pessoal. É evidente a falta de pessoal, mas também vejo muito pessoal que às vezes não estão a fazer nada, estão encostados à bancada, é evidente que isso é muito grave. E, volto a dizer, não estou aqui para que haja uma punição para a professora, mas novamente digo, para que ela peça desculpa e que seja responsável pelo que fez. Por isso, pedimos que esta situação seja devidamente analisada e, que, sejam definidos procedimentos claros para garantir que nas visitas de estudo ou atividades escolares, todas as crianças sejam entregues em segurança aos seus responsáveis. Acho que, isso é o mais importante, é tudo muito bonito, é saudável, é de louvar que haja visitas de estudo, que haja programas educativos para as crianças, de desenvolvimento etc., mas tem de haver acompanhamento. Os pais que levam as crianças têm de saber que estão a entregar as crianças em segurança, não falo especialmente pela minha neta que tem dificuldades, acho que é no caso geral, de todas as pessoas. Nós devemos deixar as nossas crianças e saber que estamos a deixá-las em confiança e em segurança e não foi isso que aconteceu.” -----

Juventude de Paderne: leu documento (Doc. n.º 6 anexo a esta ata) -----

Sara Soares: “Boa noite, Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, Deputados. Viemos aqui falar do mesmo que o outro senhor, se calhar um bocadinho diferente, sobre a segurança na escola. Estou aqui na qualidade de Presidente da Associação de pais da escola EB1, número um de Albufeira, há cerca de um mês fizemos um pedido de reunião à



vereadora responsável pelo pelouro da Educação, ao que não obtivemos qualquer resposta, então resolvemos vir aqui expor as nossas preocupações. É muito simples, existe uma escola aqui no concelho, em que as crianças para se deslocarem dos pavilhões até à cantina, não têm qualquer cobertura, como devem calcular num inverno difícil com foi o deste ano e, provavelmente continuará a chover, é triste, porque estamos a falar de crianças de três anos que têm de ir expostas a intempéries, podem escorregar. Não sei se conhecem a escola, mas estão convidados a visitar, é a escola número um, portanto é a escola mais antiga do concelho, em termos estruturais não é uma escola muito amiga de crianças, tem muita escadarias, então imaginem o que é crianças de três anos a subir as escadas, à chuva, aliás, é curioso, quando nós recebemos a lista de material escolar no início do ano, o item mais importante é uma capa de chuva, porque se não for assim as crianças chegam molhadas que nem pintos o almoço. Outras questões que me trazem aqui, é a necessidade de dois espaços dedicados especialmente para a realização de atividades de apoio e animação à família e também para desenvolvimento de atividades com os alunos que beneficiam de apoio no âmbito da educação especial, esses espaços não existem. Portanto, as atividades de apoio à família são feitas em espaços de sala de aula, causa constrangimentos às atividades letivas e às próprias AAAF's que querem desenvolver atividades e não podem, porque há constrangimentos, porque as professoras também têm de usar o mesmo espaço, então torna-se complicado desenvolver atividades. Depois, temos alunos de necessidades especiais, que existem, que estão lá na escola e, que não têm espaços para que essas atividades se desenvolvam. Aliás, em tempos de chuva, essas atividades não existiram, porque as atividades quando existem, normalmente existem no espaço exterior e, essas atividades acabaram por não existir. Por último, também chamar a atenção, para a necessidade de um melhor escoamento de águas no recinto, posso vos fazer chegar, com todo o gosto vídeos deste inverno e é assustador, portanto, nós estamos a falar de uma escola que da cantina até cá baixo tem um ponto escoamento de água, então na portaria é um rio basicamente, qualquer criança que tivesse de sair àquela hora da escola, provavelmente não o faria, ficava retida porque era impossível lá passar. É nesse sentido, as três questões que gostaríamos de colocar à vereadora Cristina Corado, neste caso responsável pela Educação, era se, conhecia estas questões, se têm previstas alguma intervenção para melhorar as condições desta escola? E, se o executivo estará disponível para reunir com a Associação de Pais, eventualmente com a coordenação da escola, porque, pelo que me foi dado a entender, a coordenação já fez estes pedidos também, e nós estamos aqui no sentido de reforçar, portanto, não estamos aqui no intuito de criar nenhum conflito, mas sim de resolver problemas de crianças, para ver se no próximo inverno as crianças conseguem ir almoçar descansadas sem ter que estar a ver se chove, se não chove, agora vamos esperar para ver se chove menos um bocadinho, para ver se chegamos menos molhados. Esperamos que desta preocupação das famílias resulte um compromisso claro do município para melhorar estas condições.” -----
João Pedro Madeira: “Boa noite excelentíssima Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente de Câmara, Vice-presidente Vereadora, permitam-me que também cumprimente todos os advogados, colegas que estão aqui presentes na sala, temos aqui inclusive o representante da delegação de Albufeira e o Senhor Ex-Presidente Desidério, que merece sempre o nosso respeito, infelizmente o professor Rolo já cá não está. Venho aqui por uma situação pessoal, sinto-me



menosprezado, ofendido e irritado, e sinceramente perdi a compostura. Desde que o senhor Presidente assumiu funções, tenho vindo há meses pedir, quer por emails, quer presencialmente uma reunião. Não tive qualquer resposta, aliás, reuni por insistência minha, porque disse à rapariga que estava ali fora para alguém me atender, o senhor Miguel, que foi efetivamente uma pessoa com quem eu falei duas ou três vezes. O funcionamento autárquico tem regras, princípio da administração aberta, o direito de audiência, a recusa imotivada tem de ser fundamentada, um dos mecanismos é efetivamente ter de vir aqui a esta Assembleia e apresentar aqui esta minha dificuldade em entender porque uma coisa que era simples tornaram tão complexo. Há aqui uma violação de todos os princípios da administração local, não atendendo um munícipe e não respondendo. Não venho aqui por achas na fogueira, mas o Presidente numa entrevista que deu à Sábado, relativamente a três nomeações polémicas teve uma frase que eu aqui irei dizer, essa frase dizia: “farei as mudanças que considerar necessárias para imprimir nos serviços a dinâmica necessária à execução do programa sufragados nas eleições”, isto é, aquilo que eu gostaria que o senhor fizesse. Não estou revoltado com as tais nomeações, nem tenho nada que vir aqui criticar, mas critico, uma nomeação que foi feita, de uma pessoa que efetivamente não é nomeada por meritocracia, há uma senhora que foi nomeada para a Polícia Municipal, senhora Marta, em que eu reuni no dia vinte, depois do senhor Miguel me telefonar e dizer “vá lá que vamos tentar resolver o seu problema.”. Tem a ver com o reboque de um veículo indevidamente. A senhora Marta apresentou-se perante mim como advogada, eu perguntei se a senhora é advogada, disse-me que sim, acenou, não com voz, mas acenou-me. É grave, isto é um crime usurpação de funções. Eu já sabia, eu perguntei a um Polícia Municipal quais as habilitações desta senhora, Direito, esta senhora, segundo parece e, se estiver errado corrijam-me, esta senhora, em dois mil e vinte e um, terá feito um concurso público, quer aqui em Albufeira, quer em Silves, onde solicitava que tivesse Direito nas suas habilitações, e ela vem responder mentindo, a licenciatura detida é equivalente à de Direito, foi excluída. Qual é a meritocracia? Quem mente em concursos públicos dá-se um cargo de chefe. Essa senhora mentiu-me três vezes, uma que era advogada, a segunda que eu não sou proprietário do meu veículo e a terceira, efetivamente o também advogado, António Lopes, que foi GNR mais de trinta anos não percebe o que é efetivamente apreender uma viatura. Eu tenho aqui um problema, é que, pedi acesso ao processo há meses, há meses que venho pedindo o acesso a um processo. Um acesso que eu tenho direito de o ter, e tem-me sido recusado, até hoje nunca tive informação nenhuma. A senhora, mostrou-me no seu telemóvel imagens do processo, processo ilegal com fotos de janeiro, o carro está carregado com algumas peças, e vem mostrar fotos onde o carro não tem carga nenhuma, onde não estão outros carros ao lado, e isto é uma ilegalidade, a única coisa que eu quero é efetivamente que, reponham a legalidade, não posso admitir que uma pessoa que é eleita para um cargo destes seja uma pessoa que falta com a verdade, obviamente que irei reportar à Ordem, é caso de crime e irei também fazer queixa crime por usurpação de funções. Necessito imediatamente uma resposta, fiz um requerimento no dia vinte, uma vez mais pedindo acesso ao processo, aliás está aqui uma senhora, Rosária Leão, negou-me várias vezes o acesso ao processo, negou-me ver o veículo e, os meus requerimentos vão para o lixo. Sou um cidadão, pago impostos



mais que a maior parte das pessoas, necessito de respeito e necessito defender os meus direitos. Não compro guerras, mas também não pago para sair delas.” -----

Mónica Félix: “Boa noite a todos os presentes e a quem nos acompanha através da transmissão do YouTube. Começo a minha intervenção com o agradecimento a toda a equipa que esteve envolvida na organização da Gala Abertura Albufeira Cidade Europeia do desporto. Foi sem dúvida um momento de grande dignidade institucional de celebração de desporto, e da afirmação do nosso concelho. A qualidade do evento e o profissionalismo demonstrado e a forma como souberam envolver atletas, associações, clubes e a comunidade em geral merecem o reconhecimento de todos. Não poderia deixar de reconhecer o trabalho desenvolvido pelo anterior executivo, cujo empenho e a visão foram fundamentais para a candidatura e a concretização deste projeto, parabéns! Quero igualmente referir que, ao longo dos últimos quatro anos, em que exerci funções como deputada municipal, uma das áreas que acompanhei com maior atenção foi, sem dúvida, o desporto no nosso município. Fiz este acompanhamento, porque acredito profundamente que é um pilar essencial da coesão social da saúde pública e da qualidade de vida da nossa população. Durante o mandato fui colocando várias questões sobre a organização e o funcionamento da Divisão de Desporto, e os factos eram claros, muitos técnicos passaram pela divisão, técnicos competentes, qualificados e com ideias inovadoras, que infelizmente não se sentiram valorizados, nem ouvidos e pediram para sair. Esta instabilidade refletiu-se na dificuldade em criar uma estratégia municipal sólida e duradoura para o desporto. Também ao nível da gestão das infraestruturas, como as piscinas municipais, fomos confrontados com situações que não dignificavam o concelho, com instalações de excelência e qualidade, nomeadamente encerramento recorrentes por problemas que exigiam uma abordagem mais preventiva, rigorosa e eficiente. Foram ainda levantadas ao longo destes anos, questões relativas à falta de critérios claros na atribuição de protocolos aos clubes e associações e a inexistência de regulamentos transparentes, para a utilização dos pavilhões desportivos, instrumentos fundamentais para garantir equidade, justiça e confiança entre o município e o movimento associativo. Senhor Presidente, é precisamente por reconhecer estas fragilidades e, por ter acompanhado este percurso, de forma exigente, que hoje quero deixar mais uma vez uma palavra de reconhecimento e de parabéns a este executivo. A decisão de intervir, reorganizar e limpar a divisão de desporto demonstra coragem política, sentido de responsabilidade e visão estratégica para o futuro. Ainda sobre o desporto, ao consultar a agenda desportiva do mês de março, verifiquei que foram incluídos eventos que não se realizam em Albufeira, gostaria por isso de perguntar ao executivo por que razão foram anunciados na agenda desportiva eventos que não decorrem no nosso concelho? O segundo Open da Patinagem Artística, vai-se realizar em Mira, e não em Albufeira. Pode ser um lapso. Não podia terminar a minha intervenção sem falar da educação, a situação das escolas do nosso concelho merece uma atenção séria, responsável e urgente. A verdade é que, continuamos a enfrentar um problema grave e persistente, a falta de assistentes operacionais nos estabelecimentos de ensino. Tenho conhecimento que, este ano letivo, encerraram por duas vezes a valência especializada, a sala com alunos de educação especial, porque não havia assistentes operacionais suficientes para garantir a segurança de todos. Estamos a falar de escolas em funcionamento diário, com crianças e jovens que necessitam de acompanhamento, vigilância, apoio



nos recreios, nos corredores, nas refeições, e nas situações de emergência. A ausência de assistentes operacionais, compromete o bom funcionamento das escolas, sobrecarrega os profissionais existentes e, coloca em causa a segurança e o bem-estar da comunidade educativa. É urgente reforçar os quadros de pessoal nas escolas do concelho, é urgente garantir que cada estabelecimento de ensino tem os recursos humanos necessários para funcionar com dignidade, segurança e qualidade. Por isso, deixo aqui um apelo para que esta situação seja resolvida com urgência, colocando mais assistentes operacionais nas escolas do nosso concelho. Para terminar, ontem o senhor Presidente reuniu-se com os proprietários de estabelecimentos de diversão noturna, para ouvir as suas necessidades e preocupações, e muito bem, no entanto, tive conhecimento de que ontem à noite, a lei do ruído não estava a ser cumprida na baixa de Albufeira. Senhor Presidente, as reuniões só por si, não vão resolver os nossos problemas. Por isso pergunto, que estratégia concreta está pensada para garantir o cumprimento da lei do ruído e por fim a esta situação? -----

Albano Magalhães: “Relativamente à reunião de hoje, aqui ficam as minhas recomendações técnicas para quem vos apresenta, transparência no início da intervenção, deve-se pedir ao Senhor Presidente autorização para gravar esta sessão, este gesto demonstra a boa-fé, da transparência da senhora Presidente. Enquadramento legal após a leitura deve-se focar o argumento saúde pública, sendo um tema de perigo grave, a lei prevê que a Câmara atue de imediato, deve-se mencionar que a autarquia tem competências para agir sem necessidade de decisão judicial e, que deve intervir e, evitar qualquer situação que possa configurar prevaricação por omissão. Prevenção de riscos, é imperativo que, não se utilize o termo, mentirosos com qualquer objetivo semelhante, mesmo que, de forma indireta, tais expressos podem ser tipicamente como crime de injúria, que inverteria os papéis e prejudicaria gravemente a vossa posição legal. O foco deve de ser exclusivamente em conformidade dos factos com a lei, mantendo uma postura firme, Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, artigo trinta e três. O que me traz aqui é muito simples, na rua onde moro tem lá uma senhora que pôs lá uma fossa, uma casa movel, fez um aterro no outro lado do terreno, com camiões de entulho, colocou lá uma fossa, entrou um processo aqui na Câmara, em junho de dois mil e vinte e cinco, nós reforçamos o processo em setembro de dois mil e vinte e cinco, passam cinco meses e a Câmara ainda não notificou a proprietária para tirar a casa móvel de um terreno ecológico e agrário, ainda não notificou a proprietária. A senhora, continua lá a trabalhar, como que nada se passasse. A Câmara não liga nenhuma, em suma, gostava de perguntar a quem de direito, se isto é legal, se isto é permitido, uma Câmara em cinco meses, ainda não notificar a pessoa para fazer estas situações. O senhor Paulo Pereira, disse-nos a nós que, está no processo dos fiscais, que está tudo ilegal, está lá escrito no processo, está tudo ilegal, porque é que a Câmara não atua? A mulher continua a fazer tudo o que quer lá no terreno, continua lá com as obras na mesma. Cinco meses depois e a Câmara não faz nada.” -----

Rafaela Picoto e João Neitzl: Boa noite Senhora Presidente da Assembleia Municipal e Senhor Presidente da Câmara Municipal e senhores deputados, Somos João Neitzl e Rafaela Picoito, representantes da turma do décimo A, da Escola Básica e Secundária de Albufeira, no âmbito da atividade “Juntos por uma cidade acessível”, proposta pela professora de educação especial, professora Cândida Santos, desenvolvemos na disciplina de português um trabalho de reflexão sobre



a acessibilidade em Albufeira. A partir da observação de diferentes zonas da cidade, identificamos algumas dificuldades que afeta pessoas com mobilidade reduzida, como passeios com rachaduras, desníveis e obstáculos que dificultam a circulação segura. A carta que iremos ler em seguida foi um dos trabalhos realizados no âmbito desta atividade desenvolvida pela turma. (Doc. n.º 7 anexo a esta ata) -----

Presidente da Assembleia: “Relembrar ao senhor Manuel Merceano, do que lhe disse na última Assembleia Municipal, pedi-lhe para ter atenção nas palavras e, nas expressões que irá utilizar na sua intervenção.” -----

Manuel Merceano: “Senhora Presidente, muito obrigado, mas eu não ofendo ninguém, às vezes as pessoas não gostam de ouvir aquilo que eu tenho para dizer, mas isso, eu lamento. Senhora Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, muito boa noite, deputados, vereadores. Os assuntos que eu hoje aqui trago são muito simples, eu espero que o senhor Presidente esclareça aos albufeirenses que gostam de ouvir respostas concretas, e não discutir na praça pública. Em novembro, eu coloquei uma questão que não respondeu, mas como era Presidente de Câmara há pouco tempo, entendi que ainda não estava dentro do processo ou que não tinha estudado o processo. Entretanto, já lá vão alguns quatro meses, já teve tempo mais do que suficiente para consultar o processo. Estamos a falar da Quinta da Palmeira, da casa que os ciganos têm alugada à Câmara, um T1 e um T2, pagam um euro, por um T3 e um T4 pagam dois euros, não pagam água nem manutenção. E, quero lhe dizer, porque sei, que a despesa supera a receita em milhares de euros e, há muitos abusos em termos de manutenção. Entretanto, quando tomou posse, no mês a seguir já tinha uma prenda no sapatinho, o anterior executivo comprou contentores por um milhão e seiscentos mil euros, mas não pagou, deixou para este executivo pagar, mas o hilariante da história é que, em novembro e em dezembro, ninguém sabia o destino a dar aos contentores. Estavam abandonados no estaleiro e, ninguém sabia para que era aquilo, porque é que se tinha gasto dinheiro em contentores. A questão que coloco ao Senhor Presidente, não quero saber o valor da fatura, porque sei que custou um milhão e seiscentos mil euros, mas queria saber se já há destino a dar a esses contentores. O outro assunto que me traz aqui, tem a ver com o furto que houve nesta Câmara, sobre um computador, em que os albufeirenses colocam algumas questões, nomeadamente, se o delinquente em questão confessou e devolveu o artigo furtado? Se a Câmara Municipal entretanto avançou com algum processo disciplinar, o afastamento ou despedimento por justa causa, visto que o delinquente era funcionário da autarquia, e se a Câmara eventualmente avançou com alguma queixa-crime contra este senhor, pelo ato que ele praticou. Já agora vou fazer um aparte, eu peço desculpa, mas tenho de o fazer, a política que temos em Portugal é uma vergonha, isto não é culpa do senhor Presidente da Câmara, nem da Senhora Presidente da Mesa, mas é uma vergonha porque continuamos com compadrios, tachos e tachinhos e, este senhor furta um computador em Albufeira e esta semana foi promovido para Vice-Presidente da CCDR Albufeira. Nem sempre os tachos beneficiam as instituições e, provavelmente é o que vai acontecer. Eu espero que não, senão vou ter que chamar a responsabilidade a alguém que nomeou este senhor. Portanto, gostava que o Senhor Presidente esclarecesse os albufeirenses, para que estas e outras situações não fossem discutidas na praça pública, mas que sejam colocadas aqui na Casa de Democracia.” -----



João Ferreira: “Excelentíssima Senhora Presidente da Mesa, excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados, público aqui e quem nos ouve lá em casa. O meu nome é João Ferreira, sou arquiteto, empresário e munícipe deste concelho. Intervenho hoje não numa lógica de crítica, mas numa lógica de contributo enquanto profissional que trabalha diariamente com processos urbanísticos e, enquanto cidadão interessado no bom funcionamento da administração pública local. O tema que trago é simples, mas estrutural para a eficiência do urbanismo municipal, a necessidade de institucionalizar o registo de atas ou notas de reunião nas reuniões técnicas entre os serviços de urbanismo da Câmara Municipal e as equipas projetistas e/ou requerentes. Estas reuniões existem, e ainda bem que existem, são momentos importantes de esclarecimento técnico, de interpretação de regulamentos, de análise de incongruências e, muitas vezes, de tentativa de encontrar soluções viáveis para um projeto, para um investimento. Mas, frequentemente, aquilo que é discutido não fica formalmente registado no processo, do ponto de vista técnico e administrativo isso cria um problema de fundo, o processo perde memória. Uma ata simples cria algo essencial em qualquer procedimento técnico administrativo, um fio condutor, permite perceber o que foi discutido, quais foram as dúvidas levantadas, que interpretações foram assumidas e que diligências foram acordadas. Isto é particularmente importante porque todos sabemos que os processos administrativos não são estáticos, os técnicos mudam, entram de férias, podem estar de baixa, podem mudar de serviço ou até de autarquia. Quando um novo arquiteto revisor assume um processo, muitas vezes não tem qualquer noção do que foi discutido em reuniões anteriores, sem registo o processo começa praticamente do zero, com ata existe histórico, existe contexto, existe continuidade administrativa e isso protege todas as partes, protege o técnico da Câmara, protege o arquiteto projetista e protege o próprio requerente. Se existir, por exemplo, uma divergência técnica, entre o arquiteto revisor e o arquiteto projetista, essa discussão fica registada no processo, com o respetivo enquadramento e isso evita interpretações posteriores diferentes daquilo que foi efetivamente debatido. É igualmente importante que o requerente e a equipa projetista possa ficar com cópia dessa ata, porque só assim conseguem orientar corretamente o trabalho seguinte. Mas gostaria também de tocar num ponto que considero fundamental para a modernização da administração pública, a proatividade da prestação do serviço público. Quando um arquiteto revisor deteta incongruências num projeto, erros, omissões ou divergências de interpretação, o procedimento muitas vezes conduz diretamente à emissão de um parecer desfavorável, obviamente. E, todos nós sabemos o que isso significa na prática, entre a emissão de um parecer e a sua notificação efetiva ao requerente, pode decorrer um período administrativo longo, que frequentemente se traduz em vários, vários meses. Muitas dessas situações poderiam ser resolvidas de forma muito mais eficiente, com algo simples, uma comunicação proactiva e uma reunião técnica rápida antes da emissão formal do parecer. E isto não é flexibilizar regras, não é facilitar procedimentos. É simplesmente dialogar tecnicamente a tempo de resolver problemas que muitas vezes são perfeitamente corrigíveis. Isto chama-se proatividade do serviço público. Mas também se pode dizer de uma forma muito clara, é fazer parte da solução, em vez de fazer apenas parte do problema. Todos sabemos, em Portugal, o licenciamento urbanístico é muitas vezes um processo extremamente exigente e demorado, um autêntico calvário. Não vale a pena transformarmos este



tema agora numa discussão de culpas, se dos arquitetos revisores, se dos arquitetos projetistas, se da administração pública, o que importa é melhorar os procedimentos sempre que isso é possível. E, é importante dizer com honestidade que, estas boas práticas já existem. Existem técnicos municipais neste país que trabalham desta forma e, existem autarquias onde esta cultura de diálogo técnico e registo processual já é aplicada. E, quando isto acontece, a diferença na celeridade e na previsibilidade dos processos é absolutamente evidente. O que deixo hoje aqui não é uma crítica, é um apelo institucional e construtivo. Um, reforçar o registo de reuniões técnicas através de atas simples integradas no processo. Dois, promover uma cultura de proatividade no diálogo técnico antes de se entrar em circuitos administrativos longos e evitáveis. Pequenas melhorias procedimentais podem gerar grandes ganhos de eficiência, transparência e confiança institucional. E todos ganhamos com isso. A câmara, os técnicos, os profissionais que trabalham com o território e, sobretudo, os cidadãos deste concelho.” -----

Presidente da Câmara Municipal: “Muito boa noite, cumprimentar a senhora Presidente da Mesa e, no seu nome cumprimentar todos os membros da mesa, cumprimentar os senhores e senhoras deputados, cumprimentar quem cá está a assistir e também cumprimentar quem nos assiste lá em casa. Relativamente à primeira intervenção do senhor Lucas Sousa, como sabe, foram vinte e tal anos de Partido Social Democrata, aqui em Albufeira, podia ter sido outro partido, podia ser Partido Socialista, podia até ser do Chega, mas o Chega não existia há vinte anos, não é? A questão é que, nós fomos eleitos pelo povo, fomos eleitos pelos munícipes e, é normal que, quem chega a uma Câmara queira reorganizar os serviços. Falou e criticou a questão das chefias, então queria que eu colocasse lá quem? Que deixasse lá as pessoas em quem eu não confio? Em que eu peço o trabalho e depois acabam por andar aos “s” e não fazerem aquilo ou não conseguirem executar aquilo que eu idealizo? Peço desculpa, mas não, sabe perfeitamente que são lugares de chefia, essa é que é a questão. E, é normal que haja mudanças, não é só nesta Câmara, se você for acompanhar outras câmaras do país, onde houve mudança política, de cor política, houve várias mudanças, toda a gente fez mudanças a nível de chefias, sim, vai haver mais mudanças, claro que sim, nós estamos a ajustar, estamos a tentar reorganizar os serviços à nossa imagem e está a ser um trabalho difícil. Está-me a tirar anos de vida, mas eu estou aqui com vontade, estou de boa vontade, tenho fé e acredito que este é claramente o melhor caminho para nós conseguirmos atingir aquilo a que nos propusemos durante a campanha. Relativamente às pessoas vierem de Loulé, vieram de Faro, da própria Albufeira que subiram, as pessoas que deixaram de ser chefes, deixaram de receber o ordenado de chefia, como devem imaginar, porque é assim que acontece em todo o lado, isto é administração pública. Relativamente à Gala de Abertura, como sabe para se conseguir obter a Cidade Europeia do Desporto, houve um compromisso de um investimento de cerca de cinco milhões e qualquer coisa, para se obter aquilo e, tem que se relouvar, termos conseguido esse título para Albufeira, que é a Cidade Europeia do Desporto, mas sabem que isso também acarreta com compromissos e com investimentos, e também sabe que, nós reunimos os serviços e, não tínhamos nada organizado para o ano de dois mil e vinte e seis, relativamente à Gala do Desporto, nem a nível de eventos, nem a nível da gala de abertura. Ou seja, nós estivemos sempre a correr contra o tempo. E, vou lhe dizer que a maior parte dos orçamentos que nós temos, das pessoas que nós contactamos, eram orçamentos



acima dos quatrocentos mil euros, no mínimo. E, se fossemos buscar aquelas empresas que costumam trabalhar com alguns dos concelhos do Algarve era acima dos seiscentos mil euros, só para ter uma ideia. Mas acho que, há um erro da sua parte, eu acho que esse valor que viu na base gov. está a falar é desta gala que eu estive em Matosinhos, a informação que eu tenho, é que, os cento e vinte mil euros, é gala de gala de encerramento, mas de qualquer das maneiras eu irei investigar, e aquela gala nada teve a ver com a nossa gala, a nossa gala foi muito mais além, como deve imaginar, nós quisemos realçar e apostamos no reavivar da identidade Albufeirense. Nós quisemos comemorar o desporto, mas quisemos ir ao coração de Albufeira, porque está na hora de nós começarmos a tomar medidas publicas e, voltar a dar dignidade e o orgulho a este município, às pessoas de Albufeira e o evento foi centrado na identidade albufeirense e na celebração do desporto. Falou em discrepância e até disse roubo, não é? Então vou lhe dizer uma coisa, o anterior executivo gastou, sete virgula cinco milhões de euros em festas, eventos, eu vou gastar muito menos, pode ter a certeza absoluta que vou gastar muito menos. Ainda lhe vou dar outra informação, que fiquei a saber hoje, nós vamos fazer o Albufeira Radical, que é muito semelhante ao Albufeira Sea Fest, vou-lhe dizer que, nós temos um cartaz muito superior ao do ano passado, temos muito mais atividades, vamos ter muito mais atividades, poderá comprovar e, vamos ter uma redução de volta dos cem mil euros a menos, é só para você saber. Informe-se, pode ir depois ao base gov., pode ir analisar, para confirmar aquilo que eu estou a dizer, porque convém depois confirmar esta informação, é só para ter uma ideia. Eu só trouxe esta informação, porque como disse que parecia que lhe cheirava a roubo, eu estou a dar-lhe só uma pequena informação, mas tudo bem relativamente a isso. Depois relativamente à engenheira Sara Cristina, a mobilidade ocorreu na carreira e na categoria, o escalão remuneratório é o mesmo, e esse assunto já foi amplamente discutido em todo o lado, como você já deve ter percebido e publicitado. Por isso, o executivo não tem mais nada a dizer sobre esse assunto. Relativamente à chefe de gabinete, como sabe, é um lugar de nomeação, neste momento não tenho chefe de gabinete, estou a pensar no caso, foi uma decisão minha, como presidente da Câmara, eu entendi que, não se mantiveram as condições necessárias para o desempenho da função, por isso houve exoneração, está explicado. Vamos passar ao senhor Vítor Santos, depois passarei a palavra à senhora vereadora, mas para lhe dizer que, não tivemos qualquer conhecimento e iremos averiguar a situação, mas de qualquer das maneiras a senhora vereadora poderá lhe dar, se tiver mais algum conhecimento, que eu não tenha, poderá lhe dar a resposta mais à frente. Entretanto, a intervenção da Juventude Paderne, o associativismo em Paderne, reconheço a importância de Paderne e, sei que foi uma freguesia esquecida nos últimos anos. E, já disse também aqui que, iremos olhar para Paderne com algum carinho, já disse à senhora Presidente da Junta, que me esta a olhar com uma cara desconfiada, mas vai acontecer, estamos cá há quatro meses, como deve imaginar estamos a fazer o melhor possível. A nível de cabimentação financeira, com muitas dificuldades, posso vos dizer que, iremos analisar o pedido, mas ainda bem que me fala no associativismo, porque eu tenho aqui algo para falar sobre isso. Nós estivemos a analisar os encargos da autarquia com as associações e com os clubes, estamos a falar de cerca de oito virgula dois milhões de euros por ano. É um valor muito pesado. É um peso significativo para esta Câmara e, para muitas câmaras e ninguém, que fique aqui bem claro, que ninguém está contra



as associações ou contra os clubes, mas temos que criar aqui regras claras, critérios objetivos e igualdade, que haja aqui equidade, ou seja, não podemos continuar sem transparência numa matéria com este impacto financeiro. Por isso, temos de avançar de uma vez por todas e vamos avançar com um regulamento de raiz para associações e para clubes. Um regulamento que defina regras, critérios, procedimentos claros para atribuição de apoios. Para garantir equidade, rigor no uso do dinheiro público e um verdadeiro impacto na comunidade. Também vos quero dizer que, já iniciei a preparação desse regulamento. Já reuni informalmente com os líderes de bancada aqui presentes, já lhes pedi contributos, alguns já fizeram chegar contributos, isso reconheço e agradeço a proatividade, mas nós temos de ser céleres, estamos a correr contra o tempo, porque regular não é atacar ninguém. Regular é governar bem, regular é respeitar o dinheiro público, regular é garantir a justiça para todos. Por isso, esta é a nossa visão relativamente ao associativismo e à parte do clube. Vamos tentar implementar este regulamento o mais rapidamente possível. Também sabemos que, temos de respeitar prazos, também sabemos que tem que vir para a Assembleia Municipal, também sabemos que tem que haver um período de trinta dias de consulta pública e vamos iniciar esse processo o quanto antes, envolvendo sempre todas as cores políticas, porque só assim é que podemos fazer a diferença. Não lhe posso responder, mas nós vamos preparar este regulamento o mais rapidamente possível para tentar depois adaptar e meter os vossos pedidos lá dentro. Apetece-me dizer-lhe que sim, que vai acontecer, mas não quero estar a fazê-lo, não vá eu cometer um erro e depois tenho de dar um passo atrás e, dar um passo à frente e depois dar um atrás acho que não há necessidade. Eu quando lhe disser que irei fazer é para fazer e, até lá nós vamos ter que avaliar. É uma resposta dúbia, mas é a resposta mais séria que eu lhe posso dar neste momento. A senhora Sara Soares, da Escola EB1, a resposta será dada pela Senhora vereadora Cristina Curado. Relativamente à Mónica Félix, boa noite, como está? Para lhe agradecer pelo reconhecimento da Gala do Desporto. Já pedi a informação que não tinha conhecimento, já me disseram que é um lapso. Não estava à espera. Mas você com esse olho clínico topou isso e acho muito bem. Este é o momento certo para se dizer as verdades e é algo que não deveria ter acontecido. Agradeço-lhe pela sua transparência. Também posso lhe dizer que nós tínhamos projetado, aos tais quase cinco milhões de euros para a Cidade Europeia do Desporto. Nós neste momento não iremos gastar esse valor, estou a pedir para que seja reduzido. No máximo, eu gostaria que houvesse um investimento abaixo sempre dos três milhões de euros, porque tem de haver aqui um bocadinho de equilíbrio. Eu sei que o desporto é importante, sei que esta Cidade Europeia do Desporto é importante, mas vamos tentar fazer um bocadinho omeletes sem ovos. Ou seja, já pedi aos serviços para que começássemos a balizar um bocado os gastos financeiros e que pudéssemos otimizar isto da melhor maneira. Falou dos bares, eu tinha prometido na campanha que iria ouvir os senhores da noite, assim o fiz, vamos avançar rapidamente com mudanças. Não me pergunte quais são, que isto não está a ser fácil decidir quais são as melhores opções, mas vai haver alterações, posso lhe garantir, quais não lhe respondo porque não lhe consigo dar uma resposta séria, uma resposta concreta. Entretanto, a vereadora Cristina Curado também irá responder à parte da educação. Doutor João Pedro, eu ouvi-o com muita atenção, como sabe e disse aqui muito bem, foi presencialmente recebido pelo Miguel Guerreiro, que faz parte do Gabinete de Apoio à Presidência, eu vou lhe narrar a informação que eu tenho



relativamente a este assunto. Segundo os serviços municipais, os procedimentos que levaram à remoção e apreensão do veículo foram todos cumpridos, porque o doutor não possui qualquer documento que comprove ser o proprietário do veículo. O senhor doutor não tem as chaves do veículo, alegando que a viatura se encontra aberta e que a chave se encontra por baixo do banco do condutor. O senhor doutor diz, não ter o contacto nem forma de contactar o anterior proprietário que lhe terá vendido a viatura. Após contacto com a chefe da Polícia Municipal, o senhor doutor deslocou-se no dia vinte do dois, onde se encontra o camião, de forma a tentar resolver a situação. Segundo a informação que tenho da senhora chefe da Polícia Municipal que está aqui, depois vou pedir para lhe dar a palavra. Não foi possível comprovar com o senhor doutor é o proprietário da viatura, além de não ter qualquer documento respeitante ao veículo, a chave não estava onde dizia estar, alegando que tinha sido roubada, assim como a matrícula que o senhor doutor diz ser respeitante à viatura, após a verificação pelos serviços, não corresponde à viatura e face ao atrás descrito, os serviços decidiram manter o veículo apreendido. Ou seja, o Dr. João Madeira, não tinha documentos da viatura, a chave não se encontra no local indicado por si, a matrícula que indicou como sendo da viatura não corresponde ao veículo e adicionalmente a informação do IMT, indica que foi iniciado um projeto de legalização do veículo em dois mil e cinco, que nunca foi concluído, pelo que o veículo nunca foi registado, nem tem matrícula atribuída em Portugal. Ou seja, conclusão, os procedimentos adotados pelos serviços municipais foram realizados de forma regular e até ao momento não existe aqui prova que o Dr. João Madeira seja proprietário do veículo, motivo pelo qual se mantém a apreensão do veículo. Esta é a informação que eu tenho, qualquer das maneiras eu gostaria de dar a palavra a Dra. Marta.” -----

Marta Martins: “Boa noite a todos, aos que estão a assistir aqui presentes, e aos que estão em casa. Primeiramente, queria começar por defender a minha honra. Sei que não deveria começar por isto, mas eu recebi este senhor a pedido do Gabinete de Apoio ao Presidente. Apresentei-me como chefe de divisão da Polícia Municipal e Vigilância em substituição e estive na presença de dois agentes municipais. Portanto, o senhor fará as alegações que quiser, fora deste local e será respondido tendo em conta as diligências que tiverem de ser tomadas. Eu sou licenciada em Solicitadoria, entrei nesta Câmara em dois mil e dezanove, como agente da Polícia Municipal. Assumi agora funções de dirigente, em substituição, nunca disse que era advogada, ponto. Passando à próxima fase, que é o que deveria ser o interessante nesta intervenção, este senhor alega que, um pronto-socorro que nós temos parqueado nos nossos estaleiros em Vale Pedras lhe pertence. Esta viatura foi sinalizada por um reclamante do município, em outubro de dois mil e vinte e quatro. Estamos a falar em dois mil e vinte e quatro. Foi efetuada uma primeira verificação por o agente Bruno Pinto, que estava presente no dia em que eu recebi este senhor, em dezembro de dois mil e vinte e quatro, foi colocado um dístico em janeiro de dois mil e vinte e cinco. Houve uma tentativa de remoção e uma nova verificação em março de dois mil e vinte e cinco, esta viatura foi removida a oito de maio de dois mil e vinte e cinco, com a autorização do Vereador correspondente do pelouro, Dr. Ricardo Clemente. Portanto, este senhor nunca até à data do dia vinte, na minha presença, solicitou qualquer esclarecimento à Polícia Municipal, nem nenhum pedido para consulta de processo ou para recolha da viatura. Portanto, está aqui também uma funcionária do município, que este senhor também



ofendeu, e que esta informação, portanto, compulsado do sistema não existe qualquer registo de pedido de esclarecimento ou de qualquer outro documento. Para complementar as palavras do Senhor Presidente, esta viatura é uma viatura internacional que não tem matrícula, portanto estava parqueada na via pública, sem matrículas, é estrangeira. Após a remoção, nós oficiamos a Autoridade Tributária e Aduaneira. Portanto, é este o procedimento e foi cumprido. Relativamente à matrícula que o senhor alega ter, uma matrícula portuguesa, houve um processo realmente de tentativa de legalização em dois mil e cinco pelo importador, que não é este senhor. Nós recolhemos informação junto do IMT, junto dos registos, nós temos toda a informação, foi efetuado, inclusive um parecer jurídico em que nos foi fornecida a informação que este senhor não é proprietário, portanto não poderá levantar uma viatura que foi removida da via pública, uma viatura abandonada. Pelo princípio da administração aberta, estamos ainda a tentar desenvolver diligências, isto para responder ao senhor, se será possível facultar o acesso ao processo. Neste momento o senhor ainda não tem uma resposta, porque nós também ainda não temos uma resposta.” -----

Presidente da Câmara: “O senhor Albano Magalhães, tenho aqui a informação que foi recebido pelo senhor vice-presidente e pelo Miguel Guerreiro, do Gabinete de Apoio à Presidência, a vinte e nove de janeiro de dois mil e vinte e seis, onde denunciou a ligação ilegal do contador da água à casa móvel, foi desligado e retirado o contador a dois do dois de dois mil e vinte e seis, a Câmara atuou logo. Depois houve uma denúncia de instalação de fossa séptica e casa móvel, a vinte e três de setembro de dois mil e vinte e cinco, isto é uma coisa mais antiga, o officio foi enviado ao senhor Albano a dar conhecimento que a fiscalização atuou, levou a efeito a participação em dois mil e vinte e cinco, tendo a mesma sido enviada para a Divisão Jurídica e Contencioso. Depois, houve também uma solicitação e colocação de lombas no caminho das Assumadas, que já está a ser tratado, está na direção e depois retirar a alfarrobeira do caminho.” -----

Albano Magalhães: “Eu vim aqui discutir o problema da fossa que lá está e da casa móvel.” -----

Presidente da Câmara: “Sim, mas eu estou apenas a dar aqui a narrativa do que é que já aconteceu, do que é que nós já lhe resolvemos, porque eu entendo que nós temos de ser fiscais uns dos outros, mas nós fazemos aquilo que é possível. E, você já percebeu que nós vamos lhe resolvendo as coisas e vai aparecendo mais coisas, você vai denunciando que isto está ilegal, que está aquilo ilegal, mas tem que perceber que isto são serviços camarários e, não se pode fazer as coisas de um dia para o outro. É tão simples quanto isto. Nós iremos averiguar. Nós já tiramos o contador da água, para eles ficarem sem água lá na casa.” -----

Albano Magalhães: “Puseram um depósito, que é precisamente para meterem água na casa que está ilegal.” -----

Presidente da Câmara: “Nós agora iremos tomar os procedimentos legais para tentar resolver a situação. Já sabe que isto são situações que não se resolvem de um dia para o outro como deve de imaginar. Isto são coisas que demoram tempo, são coisas morosas, peço é um bocado de compreensão relativamente a esta situação.” -----

Presidente da Assembleia: “Senhor Albano, pode enviar toda essa documentação. O senhor Albano, na qualidade de município pode vir aqui à Assembleia Municipal expor as suas situações e os seus

problemas. Também o pode fazer via e-mail, à Assembleia Municipal e, a Assembleia Municipal depois envia por ofício à Câmara Municipal.” -----

Presidente da Câmara: “Relativamente à Rafaela Picoito e ao João Neitzel, quero começar por agradecer com sinceridade as intervenções. Falar de pessoas com deficiência não é falar de um tema à parte, é falar de direitos, de dignidade e de igualdade. Pelo que percebi, já identificaram como é que poderíamos ajudar e nós tentaremos fazer da melhor maneira, tentaremos colaborar. Façam-nos chegar a documentação as fotos e os registos e dentro das nossas possibilidades, tentaremos resolver da melhor maneira. Relativamente ao senhor Manuel Gomes Merceano, relativamente à Quinta da Palmeira e aos contentores, para já não sei que contentores é que está a falar, de um virgula seis milhões de euros, não estou a identificar, vou ter que pedir aos serviços para identificar que contentores é que fala, não tenho conhecimento disso. Relativamente ao episódio sobre o computador fixo da autarquia, a informação já foi transmitida oportunamente e publicamente difundida e tratando-se de um assunto em investigação, nada mais o município tem a acrescentar, referindo apenas que todos os interesses dos munícipes serão defendidos em sede própria. Relativamente à Quinta da Palmeira e as rendas é algo que ainda não me debrucei sobre isso, estou a ser honesto, estamos cá há quatro meses, isto tem sido uma luta diária, para trás, para a frente. Damos um passo para a frente, dois para trás e vice-versa, e andamos aqui a tentar caminhar, trilhar caminho com as dificuldades que qualquer novo executivo tem quando chega a uma nova Câmara. É a verdade, não posso ser mais honesto do que isto. Ao senhor arquiteto João Ferreira, quero agradecer a reflexão, as propostas. Aproveitar para transmitir que os serviços do urbanismo foram remodelados, estamos ainda a remodelar, estamos a adaptarmo-nos para prestar o melhor serviço ao munícipe. Posso lhe assegurar que vamos ter novidades em breve, em metodologias de trabalho e novas tecnologias, estamos a trabalhar para servir melhor os requerentes, porque nós sabemos que o urbanismo é o pulmão de qualquer Câmara neste caso, é um pulmão da Câmara Municipal de Albufeira e que nós queremos que os requerentes cheguem cá e que tudo seja tramitado da melhor maneira, com o menor espaço de tempo e que haja aqui um apoio a quem submete os requerimentos. Muito obrigado, senhor arquiteto, pelas palavras e pelas propostas.” -----

Vereadora Cristina Corado: “Boa noite a todos, relativamente à situação reportada pelo senhor Vítor Santos, desde já lamento a situação, estamos a averiguar aquilo que se passou. Neste momento não tenho respostas concretas para lhe dar, mas certamente em breve irei contactá-lo. Vamos falar também com o agrupamento, para tentar apurar com rigor aquilo que aconteceu, para evitar situações futuras. Lamento desde já, mas é isso que lhe posso dizer neste momento. Relativamente à intervenção da senhora Sara Soares, relativamente à escola Avenida do Ténis, devo dizer-lhe primeiramente, que conheço bem essa escola, fiz parte da Associação de Pais durante seis anos, da qual fui presidente quatro. Conheço as características da escola e sei as dificuldades que há em termos das rampas. A própria escola está construída de uma forma que não é fácil arranjar soluções, precisamente por causa das características que a escola tem. Em relação ao espaço de apoio à família, vamos ver uma solução que esteticamente seja possível implementar. Em relação aos vídeos, se nos puder fazer chegar essa informação também será certamente positivo. Ainda não foi possível e lamento desde já não ter conseguido reunir consigo, ainda não passou um mês desde que



fez o pedido e, efetivamente têm sido muitas as solicitações, ainda não consegui reunir com toda a gente, mas certamente que será importante reunir com as Associações de Pais e recolher a informação que têm para partilhar. E, ainda eu não toquei na questão das necessidades educativas especiais, mas vou responder à professora Mónica, que tocou no assunto e da dificuldade que há em termos da quantidade de assistentes operacionais. Devo dizer-lhe que, desde que tomámos posse, esta é uma preocupação nossa relativamente aos assistentes operacionais, temos noção de que são necessários mais, mas depois temos que ter em conta também os rácios e estamos em contato com os agrupamentos para encontrar as melhores soluções para estas necessidades. Também sabemos que existe uma percentagem grande de funcionários que estão de baixa, mas isso são tudo situações que têm de ser resolvidas o mais rapidamente possível. Relativamente às necessidades educativas especiais, esta é uma preocupação, verificámos que houve um aumento significativo de casos do último ano letivo para este ano letivo, estamos a tentar também arranjar uma equipa multidisciplinar que nos ajude a resolver algumas questões e acho que é fundamental arranjar soluções para formação em contexto de trabalho e outro tipo de formação para estas pessoas que têm que lidar com estas situações, que são difíceis e muitas vezes não têm preparação para tal, pelo que estamos sensíveis efetivamente a estas questões. Também relativamente às questões colocadas pelos alunos da EBSA, dou-vos os parabéns pelo trabalho que realizaram, é importante como o Sr. Presidente disse, fazerem-nos chegar a essas informações, devo-vos dar como exemplo que estamos sensíveis também a essas situações, deixo a informação de que ainda hoje, relativamente à ESA, não há escola secundária que eles frequentam, mas a outra secundária, que já adjudicamos uma obra para fazer duas rampas para facilitar quem se desloca nas escolas em cadeira de rodas e vamos fazer uma requalificação de uma ou outra rampa que não está em condições. Para já é isso que vamos fazer, talvez ainda antes de outras intervenções mais profundas, mas é efetivamente uma preocupação que temos relativamente a pessoas com dificuldade de mobilidade.” -----

Presidente da Câmara: “Muito obrigado, Senhora Presidente, antes de mais, por lapso não cumprimentei os senhores Vereadores do executivo e os senhores Vereadores aqui presentes da oposição, não cumprimentei também os senhores Presidentes de Junta, é aqui uma falha da minha parte, estão aqui os quatro sintam-se todos cumprimentados, não foi por mal. Relativamente ao senhor Manuel Merceano, os contentores que me está a falar devem ser os contentores bilaterais, que são de resíduos, só pode ser isso. A colocação desses novos contentores bilaterais está previsto para este mês de março, aguarda-se a conclusão do abastecimento do depósito de gás natural que possa receber essas viaturas bilaterais. Os contentores não podem ser colocados na via pública, porque senão, entretanto, entende e percebe que as pessoas começariam a jogar para lá detritos e estamos à espera que se termine ali a situação do depósito do gás para depois se iniciar a colocação desses contentores para que haja a recolha bilateral de resíduos.” -----

Presidente da Assembleia: “Eu ainda não tinha perguntado ao senhor secretário, se ainda tínhamos tempo e, já está efetivamente esgotado o período do Público. Pode vir na próxima sessão, são todos bem-vindos. Eu tenho um gosto enorme de ver esta casa cheia de munícipes, por isso, da minha parte, estarei aqui sempre pronta para o receber, eu e a Mesa. Depois, como disse há pouco, pode

colocar as questões via email à Assembleia Municipal, por requerimento e a Assembleia irá depois avançar com um ofício para a Câmara.” -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, fez-se uma pausa de cinco minutos. -----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Vieira: “Muito boa noite a todos, apresento os meus cordiais e respeitosos cumprimentos, a bancada da Coligação Albufeira é TUA, nos termos do disposto no artigo trinta, número um, alínea g), artigo quarenta e oito, número 1, alínea b) do Regimento, apresenta à Mesa, oralmente e por escrito, três requerimentos que passo a expor. Requerimento número um (Doc. n.º 8 anexo a esta ata). Requerimento número dois (Doc. n.º 9 anexo a esta ata). Requerimento número três (Doc. n.º 10 anexo a esta ata). -----

Desidério Silva:” Boa noite, senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores Deputados, caros munícipes, no âmbito da minha eleição para esta Assembleia Municipal, quero deixar expresso que a partir deste momento, todas as minhas intervenções e votações serão em consciência, com cada momento e cada ponto de ordem e só a mim me responsabiliza, embora continue a ser membro da Bancada do Ser Albufeira. Os pressupostos de aceitação e compromissos de quem me convidou já não existem por razões que todos conhecem, e assim será a partir de hoje. A seguinte intervenção é no sentido de honrar a memória do Dr. Rolo, reconhecer o papel do Dr. Rolo enquanto educador e autarca, durante a sua vivência dedicada à Albufeira e honrar a sua memória e dedicação às causas que abraçou com virtudes e defeitos. Sim, porque também os teve, e só não erra quem nada faz. Quero deixar aqui uma referência especial ao senhor Presidente da Câmara e a todo o executivo, bem como a toda a Assembleia Municipal, pela presença nas cerimónias fúnebres e em particular, pela dignidade e postura que tiveram, de modo que as mesmas decorressem com toda a elevação. Grato por isso e que o Dr. Rolo descanse em paz. Também quero lamentar a ausência de qualquer membro do Governo, bem como do Partido Social Democrata, que tanto serviu durante a sua vida pública e política, achei uma falta de respeito e consideração pelo homem e pelo autarca. Há situações onde o respeito e a consideração pelos outros devem ter lugar no momento certo. Aqui houve falta de respeito. Tenho dito.” -----

Ana Pifaro: “Boa noite Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, munícipes aqui presentes e lá em casa, cabe-me a mim vir proceder à leitura do voto de pesar da Coligação Ser Albufeira pelo falecimento do Dr. José Carlos Rolo. Em nome da bancada da Coligação Ser Albufeira, gostaria de exprimir a nossa profunda consternação pelo desaparecimento inesperado de José Carlos Rolo, personalidade incontornável da nossa comunidade nas últimas décadas. Como professor e diretor da Escola Secundária de Albufeira deixa uma marca em várias gerações, como Vice-presidente e Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, cargos que desempenhou durante quase vinte e cinco anos, deixa uma marca na cidade e, em toda a sua comunidade. Com um trabalho incansável em várias áreas, com principal destaque para a sua grande paixão, a Educação, onde esteve ligado à criação de vários projetos inovadores e à construção e ampliação de vários equipamentos escolares. Homem de números, liderou sempre com



responsabilidade as finanças públicas do concelho. Presente nos momentos mais importantes da história de Albufeira nas últimas décadas, é também importante destacar os desafios que foram ultrapassados nos últimos anos, como a intervenção financeira ao município, as cheias de dois mil e quinze, o falecimento de Carlos Silva e Sousa e a Covid dezanove, que nos obrigou a todos a reinventar e onde o município de Albufeira soube ser um exemplo em termos de capacidade de trabalho em equipa, organização e solidariedade. Juntamente com todas as equipas que o acompanharam ao longo destes quase vinte e cinco anos de gestão autárquica, José Carlos Rolo deixou um trabalho feito que não pode ser negado, contribuindo para fazer de Albufeira um concelho com mais infraestruturas, mais equipamentos, mais educação, mais desporto, mais associativismo, mais perto da comunidade e mais solidário. Por tudo isto, e porque se entende da mais elementar justiça, as bancadas do Ser Albufeira, juntamente com todos os eleitos da coligação, pedem que a Câmara Municipal de Albufeira se una à proposta que irá ser entregue no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Albufeira Poente, para atribuição do nome do Professor José Carlos Rolo à Escola Secundária de Albufeira. Por fim, todos os membros eleitos da coligação a Ser Albufeira manifestam o seu profundo pesar pelo falecimento de José Carlos Rolo, apresentando à sua família e amigos as mais sentidas condolências e o propondo que o presente voto de pesar seja exarado em ata e remetido à família enlutada. Albufeira, 6 de março de 2026. Depois deste voto de pesar, gostaria também de fazer alguns apontamentos extra. O primeiro, dar os parabéns à Câmara Municipal de Albufeira pela Gala da Cidade Europeia do Desporto, extensível a todos os trabalhadores desta autarquia pelo trabalho que fizeram para poder fazer acontecer aquele evento. Agradecer a homenagem que foi postada ao Dr. Rolo e, dizer que, aquela gala foi a constatação de um movimento associativo e desportivo do concelho, apelando por isso a que a Câmara Municipal continue a apoiar estas entidades que são tão importantes para o desenvolvimento das nossas crianças e jovens. Gostaria também de deixar aqui um repto à Câmara Municipal, que tenho a certeza que estão sensíveis a este assunto, mas enquanto albufeirense, nascida e criada nesta terra, gostaria de apelar ao Senhor Presidente que fizesse todos os esforços possíveis para que se encontre uma solução relativamente ao Peneco, sabendo que a segurança das pessoas terá sempre que estar em primeiro lugar, mas nunca se esquecendo que se trata de um símbolo desta cidade e, que por isso tudo deve ser feito para mantê-lo. Ainda relativamente à Praia do Peneco, ouvi notícias esta semana sobre a possibilidade da mesma ser interdita, eu acho que é uma situação que deve de todo ser evitada, não só porque se trata de uma das praias mais conhecidas do concelho e o impacto não só na imagem, mas também na economia do concelho, parece-me trazer aqui graves consequências. Ainda falta algum tempo para a abertura da época balnear, por isso deixo aqui o apelo para que seja realmente encontrada uma solução, não só para o rochedo, mas também para o funcionamento normal da praia.” -----

Helena Simões: “Boa noite a todos, volvidos quatro meses desde que este executivo tomou posse, importa, quanto a mim, fazer uma breve resenha do estado da arte. Bom, a forma de trabalhar, intervenções “by request”, ou seja, queremos algo resolvido fazemos uma denúncia no Facebook e a coisa é resolvida, ou pelo menos as fotografias da resolução aparecem no dia a seguir. O que me leva a crer que o Executivo reage, não age. Em quatro meses e com a urgência de mudar, mudar,



mudança, mudança, não criaram uma equipa, uma “task force” para resolver o que era urgente e que está visível e aos olhos de todos. Bom, eu recordo as palavras do atual Presidente, “só mudamos Albufeira com verdadeira coragem política”. Qual é a coragem se nos estamos a esconder atrás de um Facebook à espera que alguém publique ou que alguém denuncie? Recursos humanos e capital humano, recordo as palavras do atual Presidente, à data da campanha “internamente vamos valorizar os trabalhadores da Câmara que estão subaproveitados ou descurados. Nós vamos fazer cumprir a lei. Vou combater com coragem os amiguinhos e os poderes instalados neste município.” Recordo também as palavras à data da atual Presidente da Assembleia Municipal, “o chega não se move pelos interesses pessoais nem económicos, nem cede compadrios sinuosos e ocultos”, palavras da própria, escritas num folheto promocional. Bom, começo por dizer que referiu ainda há pouco o Presidente que é normal haver mudança quando há mudança de governação, certo. Senhor Presidente, guarde os comentários para o fim porque eu respeitei-o quando interveio, agradecia que fizesse o mesmo.” -----

Presidente da Câmara: “Não lhe admito que me faça qualquer tipo de reparo quando eu estou a ouvi-la. Muito obrigado, senhora deputada.” -----

Helena Simões: “Estava a falar simultaneamente, é um sinal de respeito. Continuando, não deu tempo sequer para as pessoas demonstrarem a capacidade profissional. As exonerações começaram a dezoito de novembro. Recordo, Senhor Presidente, tomou posse a três de novembro, dez dias, sete dias para aferir se as pessoas tinham capacidade para desenvolver as suas atividades, não me parece. Mas também não me cabe a mim ensinar como é que se governa, normalmente, quando se faz aquisições, quando se junta duas empresas, primeiro há que dar oportunidade às pessoas para trabalhar. Bom, dezasseis exonerações, desde o dia três de novembro até à data de hoje, todas com justificação política. Funcionários que foram exonerados duas vezes no espaço de três dias, de cargos diferentes, funcionários que foram exonerados quando se encontravam de baixa, há quarenta e um dias, sabendo que, a lei específica que ninguém pode ser exonerado ou substituído a não ser que a baixa decorra há mais de sessenta dias. De bestial a besta, como o Lucas Sousa disse, uma chefe de gabinete que, eu até achei bastante interessante não ser de cá para não haver compadrio, dois meses, nem sequer aqueceu a cadeira e foi exonerada. Processos disciplinares mediatizados, funcionários escoltados por polícia municipal. É isto respeitar o capital humano? O processo disciplinar é uma liberdade que assiste à entidade patronal na sua relação com os funcionários, mas há que preservar a vida privada das pessoas. Nada justifica, perante eventuais factos que possam ter acontecido, que as pessoas sejam escoltadas. Ora, agora vamos ver do lado das nomeações, do lado da contratação, como já foi referido aqui, a falta de meritocracia e afins. Critério louletanos, amigos, família e Chega, promoções de filhas de Presidentes de Assembleia de Freguesia do Chega, a cargos cuja formação de base não é compaginável, promoções de esposas de Presidentes de Assembleias de freguesia do Chega, a cargos cuja formação de base não é compaginável, nomeações de confiança política a familiares diretos e amigos do Presidente. Nomeações para cargo que estava em vacatura há anos por substituição. Eu recordo que, a substituição não pode ocorrer quando a vacatura dura anos. Nomeações a cargos de chefia, nomeação política a militante do Chega, já referido aqui pela bancada do PS e simultaneamente deputado à Assembleia Municipal. Nomeações para cargos de



chefia, cujos nomeados não dispõem de formação de base compaginável que, não se coaduna com a operacionalidade que se quer na Câmara. Bom, conclusão os funcionários não são políticos, servem os munícipes, pois são eles os contratantes. A Câmara limita-se a passar o cheque. Cabe-nos a nós, enquanto órgão de fiscalização, fiscalizar e fazer cumprir a lei. O Presidente Rui Cristina não é albufeirense de gema, quando isto acabar, segue a vida dele, eu pergunto, olhos nos olhos, à Presidente da Assembleia Municipal, Dra. Luna Silva, à Vereadora Cristina Corado, ao Vice-Presidente Jorge do Carmo e, ao Chega de Albufeira, sentem-se confortáveis com esta forma de tratar as pessoas? Com esta forma de tratar o capital humano? Com esta forma de tratar os albufeirenses? Pois são vocês, estes últimos que eu referi, que vão ficar com o ónus político, com os atropelos legais e procedimentais que estão a ser cometidos, com a era do terror que se vive neste momento na autarquia. Não confundam operacionalidade que nem tudo foi alcançado, antes pelo contrário, com sujeitar funcionários do município à tirania digna de terceiro mundo. Resultado, várias denúncias, processos já a decorrer no Ministério Público, Procuradoria-Geral da República, IGF, DGAL e Tribunal de Contas, fruto de um em particular, ter sido a denunciante de alguns destes processos em curso, por inércia de fiscalização pela Mesa, Presidente da Assembleia Municipal, Chega eleitos pelo mesmo referido partido. Eu, em particular, no que concerne a eventuais consequências jurídicas e/ou pecuniárias dos ditos atropelos irei submeter uma escusa de responsabilidade, pelo que questiono o Senhor Presidente Rui Cristina, os Vereadores se irão assacar a solo, a solo, tais responsabilidades e tais consequências jurídicas e pecuniárias? Pois recordo, as ações e inações tem consequências. Passemos à contratação pública, por ajuste direto, aqui a mudança é uma mudança de paradigma, o Chega que sempre foi contra o ajuste direto, pratica na prática o “faz o que eu te digo, mas não faças o que eu faço”. Em escassos quatro meses, meus senhores, quatro meses constam na base gov. quarenta e dois concursos públicos que acedem por ajuste direto que acedem acima dos dois milhões. Obviamente que tive o cuidado de verificar, que dizem respeito a este executivo e não ao anterior, ou seja, meio milhão por mês, aproximadamente dezasseis mil euros por dia, pelo que me leva a perguntar isto coaduna-se com as seguintes afirmações: “com coragem para enfrentar interesses instalados”, palavras do Senhor Rui Cristina, atual Presidente, “o chega não se move pelos interesses pessoais nem económicos, nem cede a compadrios sinuosos e ocultos”, palavras da Dra. Luna Silva, atual Presidente da Assembleia Municipal. Bom, parece-me a mim que os interesses apenas mudaram de lado.” -----
Presidente da Assembleia: “Senhora deputada, desculpe interrompê-la, mas o seu tempo já terminou.” -----
Helena Simões: “Vou colocar as duas questões.” -----
Presidente da Assembleia: “Eu já lhe dei mais quarenta segundos, não lhe posso dar mais tempo. Lamento.” -----
Helena Simões: “Mas ainda faço uma interpelação à Mesa se poderia confrontar o senhor Presidente da Câmara com a ata de dezasseis de dezembro.” -----
Presidente da Assembleia: “Isso não é uma interpelação à Mesa, senhora deputada. E o seu tempo já terminou.” -----

Helena Simões: “Meus senhores, terão a resposta pelo lugar próprio, pelos vistos é o Facebook e, não a casa da Democracia. Boa noite. Obrigado.” -----

Nelson Cachita: “Boa noite, senhor Presidente, considerem-se todos cumprimentados na pessoa do senhor Presidente. A habitação é hoje um dos maiores desafios que se coloca, não só aos habitantes de Albufeira, mas também ao executivo. Mesmo quando trabalham e contribuem diariamente para a economia do nosso concelho, cada vez mais famílias têm dificuldade em encontrar casa a preços que consigam suportar. O atual executivo municipal, como alguém disse, já cumpriu quatro meses do seu mandato de quatro anos. Sabemos que transformar um concelho não acontece de um dia para o outro e, que os resultados concretos podem demorar tempo a aparecer. No entanto, aquilo que a população espera e aquilo que já deveria ser visível são iniciativas, planos claros e sinais de mudança. Infelizmente, na área da habitação ainda é muito difícil identificar medidas estruturadas que apontem para a solução de um problema que afeta cada vez mais residentes em Albufeira. Senhor Presidente, sei que me vai dizer que não existem terrenos apropriados, que a Câmara não tem dinheiro, que o anterior executivo nada fez e agora tudo lhe é exigido a si, mas permita que lhe diga, o senhor foi eleito para resolver esses mesmos problemas. Senhor Presidente, quem votou na mudança espera agora vê-la no terreno. Albufeira é um concelho fortemente ligado ao turismo e aos serviços, setores que dependem diretamente de trabalhadores que muitas vezes têm salários médios, mais baixos. No entanto, o preço da habitação tem vindo a subir a um ritmo que esses trabalhadores simplesmente não conseguem acompanhar. Esta situação não afeta apenas as famílias, afeta muitos empresários que no concelho têm muita dificuldade em contratar, não porque as pessoas não queiram trabalhar, mas porque quem aceita um trabalho em Albufeira muitas vezes não consegue encontrar uma casa onde viver a um preço aceitável. Sem habitação para quem trabalha, o próprio funcionamento das empresas fica em risco. Todos conhecemos exemplos concretos no concelho, trabalhadores da restauração, hotelaria, comércio ou construção são obrigados a viver em concelhos vizinhos e a fazer longas deslocações diárias, como aliás acontece a alguns deputados desta casa. Outros acabam por abandonar o concelho porque simplesmente não encontram uma solução habitacional compatível com o seu rendimento. Do ponto de vista da Iniciativa Liberal, este problema exige uma abordagem clara, aumentar a oferta de habitação. Sempre que a oferta é insuficiente os preços sobem e quando os preços sobem demasiado, quem mais sofre são precisamente os jovens e as famílias em início de vida. A Câmara não é uma construtora, o seu papel é ter visão, planejar o território e criar condições para que se construa mais habitação. É precisamente nesse sentido que a Iniciativa Liberal defende um conjunto de soluções concretas que podem ajudar a enfrentar esse problema. Em primeiro lugar, apoiar e incentivar cooperativas de habitação que permitam desenvolver projetos habitacionais a custos mais baixos e destinados aos residentes. Em segundo lugar, encarar de forma séria a possibilidade de construção em altura, em zonas adequadas, permitindo aumentar a oferta habitacional sem expandir excessivamente o território urbano. Em terceiro lugar, acelerar a revisão do PDM, criando zonas específicas destinadas a habitação, a custos controlados, onde seja possível desenvolver projetos dirigidos aos trabalhadores e aos residentes do concelho. Estas são medidas que exigem planeamento, iniciativa e liderança política. Albufeira precisa de soluções reais para quem aqui vive e trabalha e, aquilo que



os munícipes esperam do atual executivo não são apenas promessas, mas sim planos concretos que sejam colocados em marcha. Para mudar Albufeira para melhor, como o seu Presidente disse em campanha, isso não é apenas um slogan, tem de ser uma realidade que comece a sentir-se todos os dias.” -----

Henrique Coelho: “Muito obrigado senhora Presidente a quem cumprimento e os senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara e a Vereação, Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, de mais presentes nesta sala e quem nos vê lá em casa, ilustres deputados. Minhas senhoras e meus senhores, Albufeira já foi grande, quando era pequena. Apesar da descaracterização estrutural de que foi vítima no passado e de outros erros cometidos, um prognóstico apurado do seu trajeto e das suas potencialidades ainda pode ajudar a melhorar a reputação e tornar Albufeira grande de novo. O grau de dependência no turismo exige uma visão afoita de investimento público, capaz de vitalizar o desenvolvimento do produto, promover a competitividade e selecionar nichos de mercado para suavizar a sazonalidade. No início deste ciclo, o tempo terá sido escasso para o executivo auscultar a população e os empresários, avaliar carências autárquicas de operacionalidade e de regulação e alinhar as prioridades dignas de inscrição no Plano Plurianual de Investimentos, de modo a obviar os atrasos e corrigir as más opções que comprometem o desempenho da cidade. O município tem hoje o orçamento anual possível, sujeito a eventuais retoques durante a sua vigência, na certeza de que a população e a economia do concelho estarão sempre no centro das preocupações. Há muito para fazer e a bancada do Chega, inequivocamente alinhada com este executivo não quer ser peso morto remunerado, não pretende dar tréguas no âmbito das suas atribuições regimentais e constitucionais, mas rejeita que o órgão deliberativo se transforme num campo de batalha jurídica excessiva, sempre em prejuízo do debate sério, ajustado à sustentabilidade ambiental e à defesa dos superiores interesses sociais e económicos do concelho. Para terminar, acreditamos na boa-fé de todas e de todos, para não se permitir que a Albufeira afunde.” -----

Presidente da Junta de Freguesia de Paderne: “Boa noite a todos mais uma vez, Senhor Presidente, Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Deputados e restantes presentes, antes de começar também estou na Junta de Freguesia há quatro meses, como o senhor Presidente da Câmara e também tenho de dar resposta aos meus fregueses. Intervenho então hoje para saber o ponto da situação dos pontos por mim apresentados na Assembleia Municipal de vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e cinco. Entre eles, para quando a ida do Giro a Paderne? Para quando a avaliação da Ponte dos Barreiros, que se encontra fechada há mais de um ano? Na habitação, pretendo saber se tem algum projeto de requalificação para os vários imóveis detidos pela Câmara Municipal na nossa freguesia? Qual o ponto da situação ou a data prevista para a construção da bancada e respetivas casas de banho nos Montes Elóis, bem como o acesso ao campo de futebol e todos os terrenos adjacentes? Aproveito também a oportunidade para lembrar um tema que já por várias vezes foi falado nesta Assembleia, a constante degradação e prejuízos acumulados nos caminhos por via da passagem de jipes e moto4. Solicito por isso, à semelhança do que foi feito para os tuk- tuks, um regulamento específico para esta atividade, é incomportável para a Junta de Freguesia requalificar constantemente os caminhos e acessos para que os residentes possam usufruir dos mesmos diariamente. Por fim, questiono se a obra da estrada entre Ferreiras e Paderne já está terminada?



Sinceramente, espero que não. Se sim, convido o senhor Presidente a visitar amanhã de manhã o nosso mercado mensal, utilizando essa mesma estrada de acesso e fazer a sua própria avaliação.” ----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: “Muito boa noite a todos, em primeiro lugar, dar os parabéns a todas as intervenções aqui feitas esta noite, ao público, é bom ver esta casa cheia. Em relação à minha freguesia, à nossa freguesia da Guia, também algumas obras que nós tivemos em reunião, que estão projetadas, salvo erro, estão cabimentadas, era perguntar para quando o seu lançamento na plataforma que acho que ainda não foi lançado, nomeadamente a rotunda junto ao Mercado Municipal e também os balneários do Guia Futebol Clube, são obras que nós falamos na reunião que estão no orçamento. Para além disso, também uma obra que não é muito cara, em relação ao parque infantil junto à Quinta do Penedo, aquele parque foi roubado, os aparelhos já há mais de três anos, sei que a obra tem um valor aproximadamente de quarenta mil euros, seria bom também avançar, porque é um espaço que as crianças utilizavam e muito. Relembrar também que já estamos em março e a nossa freguesia não recebeu ainda algum subsídio da parte da Câmara Municipal, tanto que batalhamos eu, com o meu colega agora Vice-Presidente, para que o pagamento seja mais rápido e agora, amigo Jorge, continua esta grande batalha, que é tentar receber, porque nós precisamos das verbas para poder fazer obra.” -----

Margarida Guilherme: “Muito boa noite a todos, Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores deputados municipais, senhores Presidentes de Junta, senhores munícipes aqui presentes e todos os que nos assistem através do YouTube. Sendo esta a minha primeira intervenção neste mandato, permitam-me começar por aquilo que mais me dói, que é a ausência da pessoa que esteve sentada nesta Mesa durante quatro anos. Portanto, o meu pesar pela partida do Senhor Presidente José Carlos Rolo, que descanse em paz, depois de uma vida dedicada à educação e à causa pública e a este município. Depois, quero igualmente agradecer e desejar a todos um trabalho profícuo em prol do nosso concelho, é para isso que aqui estamos. Quero também dirigir uma palavra de sincero agradecimento a todos os eleitores que depositaram em nós a confiança para representar os seus anseios e expectativas para Albufeira, enquanto membro deste órgão fiscalizador do executivo, procurarei contribuir com sentido de responsabilidade, espírito construtivo e a maior dedicação possível para um debate de ideias que ajude a encontrar soluções para os desafios que o nosso concelho enfrenta. É sabido que, o atual executivo se depara com um contexto particularmente exigente, tendo de dar resposta a compromissos assumidos no passado, alguns deles com impacto financeiro que se prolonga para além do atual mandato. Ainda assim, importa reconhecer o esforço de gestão e de planeamento que tem vindo a ser desenvolvido nestes quatro meses, dentro dessas limitações, dando respostas a necessidades estruturais do concelho que há muito aguardam solução, entre outras, na área da cultura. Neste âmbito, gostaria de destacar a decisão de atribuir um apoio financeiro de trezentos mil euros ao Conservatório de Albufeira, destinado à realização de obras de remodelação no seu edifício, nas salas de aula e em todo o complexo escolar. Trata-se de um investimento relevante, longamente aguardado, que permitirá melhorar significativamente as condições de ensino e de trabalho de docentes, alunos e restantes profissionais que diariamente desenvolvem um trabalho de grande mérito na formação artística das nossas crianças e jovens, particularmente na área da música.



Este apoio representa também um sinal claro da valorização da cultura no nosso concelho e do reconhecimento do papel que o Conservatório de Albufeira tem desempenhado ao longo dos anos na formação de várias gerações de jovens albufeirenses. Enquanto deputada municipal, enquanto munícipe e enquanto mãe de três antigas alunas desta instituição, não podia deixar de manifestar a minha enorme satisfação por terem sido finalmente reunidas as condições para avançar com uma intervenção há muito necessária. Quero, por isso, felicitar o Senhor Presidente da Câmara e todo o executivo pelo empenho demonstrado na viabilização desta dotação orçamental. Muito obrigada.” --

Luís Rodrigues: “Cumprimentar a senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, cumprimentar a Mesa, o senhor Presidente da Câmara, os senhores vereadores, cumprimentar todos os membros e deputados municipais presentes, o público presente aqui e o público que nos segue lá em casa. O tema que me traz, já foi aqui falado por outras bancadas e, até pelo público que cá veio manifestar a sua opinião, é a gala de abertura Albufeira Cidade Europeia do Desporto dois mil e vinte e seis, que se realizou no passado dia vinte e seis de fevereiro. Ora bem, esta gala foi sem dúvida uma das melhores galas em que eu tive o privilégio de assistir e participar. Portanto, para que não fiquem dúvidas, acho que estão de parabéns todos os envolvidos, desde quem começou o processo até quem finalizou o processo. Mas temos de dar mérito a quem o tem, e parabéns ao executivo e a todo o staff camarário pela organização que foi impecável. Cada detalhe, desde o arranque até ao encerramento funcionou na perfeição. A pontualidade do arranque da gala é algo que às vezes não acontece e aconteceu agora. A amabilidade, a eficiência da equipa de suporte, a fluidez das atividades ou a facilidade, até no credenciamento. Na última cerimónia do anterior executivo tudo isto correu mal, felizmente alguma coisa mudou e está a correr bem, a começar logo pela facilidade do credenciamento. A organização demonstrou um cuidado meticuloso, tornando o evento elegante e de altíssimo nível. Eu ouvi aqui membros do público a queixarem-se, mas já se sabe que nós podemos trazer a água para o deserto, mas vão-se queixar que a água está molhada, portanto, há sempre quem se queixe. Qualquer das maneiras, o ambiente do espaço, todo ele acolhedor, desde a decoração do pavilhão e do palco, com a nossa “old town” a servir de sustentação a uma orquestra. Portanto, toda a temática sobre Albufeira era sobre o concelho, era sobre o Algarve. Em relação àquilo que foi aqui uma crítica feita sobre o alinhamento musical, eu vou-vos dizer uma coisa, parabéns! Parabéns a quem trouxe aquele alinhamento musical, porque aquele alinhamento musical é muito culto e traz muita cultura a esta cidade. E, esta cidade, para além do desporto, precisa de cultura e aqui conseguiu se inserir um, dois em um. Trouxe o desporto, mas também se trouxe a cultura para este evento. Isso é muito importante destacar. Nem sempre se vive de Quim Barreiros, também é preciso outro tipo de música, outro tipo de música erudita. E neste caso, a abertura do espetáculo transportou-nos quase para o mundo mágico, as pessoas, quem lá esteve e viu a expressão das pessoas percebeu que aquela gala de abertura causou impacto. Não sei se praticou o mesmo em Matosinhos ou se praticou o mesmo noutras cidades. Mas, de facto causou impacto, causou e estão de parabéns por terem trazido este alheamento. Em relação à gala em si, todo aquele desfile de jovens, mais jovens, menos jovens, que desfilaram, que eram atletas de Albufeira, mostrou que Albufeira, de facto tem desporto, pratica desporto e está toda ela envolvida de uma dinâmica de desporto. O mais importante a reter aqui nisto, é que muita gente diz, e é

verdade, que os eventos desportivos traduzem uma certa dinâmica para as cidades e dinâmicas sociais e culturais, mas nós temos de ver qual vai ser o retorno também disto. Muitas vezes fala-se nos compromissos, nos investimentos, o senhor Presidente da Câmara já falou nos cinco milhões, etc., mas mais importante é: qual vai ser o retorno disto? E, há três tipos de retorno muito importantes. Primeiro, Albufeira, como toda a gente sabe e conhece e se queixa, sofre muita sazonalidade. Temos uma época baixa, temos uma época alta. Ora, o desporto em Albufeira, com esta dinâmica, vai permitir que pelo menos se consiga colmatar um pouco essa dinâmica que não existe muitas vezes na época baixa. Isso é muito importante. E, depois há o aspeto também comercial e o aspeto para a restauração e para a hotelaria e para mim mais importante, porque também vivo aqui há vinte anos em Albufeira e estou farto de me virem dizer que Albufeira é o município das festas. Sim, é das festas, mas também do desporto. Nós temos de começar a virar aqui um bocadinho a retórica do Albufeira é só para festas. Não, Albufeira é para festas, é para desporto, é para espetáculo, é para cultura. Os eventos culturais têm de começar a ser um bocadinho diferentes. Os eventos desportivos que estão a ser trazidos para este concelho vão ser muito importantes. E outra coisa, a imagem internacional. Não é só irmos a feiras e promover Albufeira em bancadas e em banquetes, mas também fazer de Albufeira um postal sobre aquilo que Albufeira pode transmitir em termos de imagem, noutras âmbitos que não só o sol e a praia, mas, neste caso também o desporto. Em relação àquilo que ouvi aqui, de outras bancadas e, outras intervenções, eu vou resumir isto numa frase: nada é tão admirável na política como uma memória curta. Eu vivo aqui em Albufeira há vinte e seis anos e eu sempre vi aqui na Câmara Municipal a mãe, o filho, a esposa, o primo, o tio, todos da mesma bancada. Nunca ouvi tanta revolta aqui nesta Assembleia Municipal, quando até estava o marido, a mulher, a esposa, o filho e eles estavam todos aqui que até o jantar de Natal podia ser feito aqui, estava cá a família toda. E, portanto, se eu sou contra nomeações políticas que favorecem pessoas que não têm capacidade, eu acho que somos todos, mas não vamos fazer populismo, isto é nitidamente uma medida populista, uma ação populista de quem vem para aqui, para a Assembleia Municipal, fazer um bocado aquele papel de que está a defender o interesse nacional. Mas de facto, o que está a defender é a sua causa própria. Isto é um barco muito grande, já aqui foi dito várias vezes, é um barco muito grande, que não sabemos navegar, mas o que eu vejo aqui são algumas pessoas à espera que alguém lhes atire uma bóia para se salvarem no mar onde estão a navegar. A política em Albufeira mudou, e ser Chega tem a ver com perceber o que é que foi o passado, mas perceber também o que é a realidade e a realidade que temos é esta. Na última Assembleia Municipal nós falámos sobre o orçamento e eu disse aqui, às vezes a linguagem técnica faz com que as pessoas não percebam que os orçamentos e, principalmente aquilo que já está comprometido, não lhes permitem fazer aquilo que nós queremos fazer. Muitas vezes, inclusivamente quando se tem uma herança que vem do executivo anterior, mais elegante do que dizer que o executivo anterior deixou uma herança pesada, é fazer aquilo que o Presidente da Câmara fez e muito bem, foi promover uma ou duas auditorias. E, portanto, estarmos aqui a falar em assuntos que ainda nem sequer estão concretizados, mas já para começar a denegrir a ação executiva, isto não é fazer por Albufeira, isto é fazer contra Albufeira. Os meus colegas deputados municipais, sejam de que bancada forem, eu vejo-vos aqui como pessoas que estão no mesmo barco



que nós, Albufeira. Depois, ação na rua, ação política, ação partidária, ação institucional pode ser diferente, mas a ideia é fazermos todos pelo mesmo. Eu venho aqui hoje, também para dizer o seguinte, eu estou farto de ser acusado de populista. Não há aqui populismo nenhum. Há apenas encarar a realidade, às vezes estes risinhos. Eu vou-vos dizer uma coisa, há aqui uma bancada, por exemplo que se chama TUA, PS, PCP, Bloco de Esquerda, a última vez que eu vi todo este aglomerado chamava-se “Geringonça” e era a nível nacional. Ora, eu respeito a bancada do TUA e a mim custa-me que façam risinhos quando eu estou a falar sobre um assunto, é para dizer que, não gosto de populismo. Eu já fui aqui acusado, eu, porque faço parte da bancada do Chega, já fui acusado de populista e não me defendi nessa altura porque achei que não era o momento, porque o que se estava ali a debater era muito mais importante do que a defesa de uma honra ou a defesa de uma posição. Mas já começo a ficar farto, estamos na quarta Assembleia, quarta Assembleia, na segunda Assembleia eu estive ali na Mesa, não podia falar, e criticaram o Presidente da Câmara e criticaram a senhora Presidente da Assembleia Municipal, porque eles não estavam presentes, mas também não estavam os Presidentes de Junta de Freguesia, portanto, nós temos de ter um bocadinho de atenção e de tino a falar. Isto está a ser transmitido, nós somos possivelmente a Assembleia com mais visualizações, fala-se aqui tanto nas redes sociais, eu na minha rede social Facebook, tenho trinta amigos e os últimos foram há quinze dias. Portanto, eu não ligo nada a questões de Facebook, nem a questões de redes sociais. São importantes? São. Tem que se lá dizer a verdade? Tem. Agora, não façam é orelhas moucas e vejam só aquilo que está na rede social. Vejam a realidade, as pessoas aqui presentes, vivem aqui, vivem neste concelho. Não sei se vivem há vinte e seis anos como eu, mas vivem cá ou há mais anos até. Nós estamos aqui há quatro meses a tentar, e quando digo nós é o executivo e, eu também estou aqui para fiscalizar o executivo, eu também estou aqui para ser membro e para deliberar, Mas tenho que ter um bocadinho de decoro, quando começo a falar de questões do executivo, que ainda nem sequer passaram três ou quatro meses e já querem as coisas a acontecer. Por isso é que eu disse, o meu tema principal para vir aqui hoje falar era sobre aquilo que é um facto, facto, a gala foi concretizada, concretizou-se e bem. Política que está a ser levada a cabo pelo executivo não me compete a mim responder, compete-me a mim é analisar, é fiscalizar, é deliberar. E, nesse sentido, até agora, senti sempre, da parte do executivo que o sentido que eles tinham na execução das suas ações era no sentido de melhorar a vida de Albufeira e dos albufeirenses e de pôr Albufeira no mapa, numa outra perspetiva que não a perspetiva meramente do party’s e verão e sol, disse.” -----

Carla Vieira: “Muito obrigada, Senhora Presidente, por nos ter concedido a palavra, nos termos do artigo trinta e cinco, a bancada da Coligação é TUA e, falo em nome de todos e em meu particular e também dos meus colegas de bancada, não é aos gritos que a gente se faz ouvir, primeiro. Segunda questão, em momento algum foi ouvido da bancada ou foi dito por algum membro da bancada da coligação Albufeira é TUA, qualquer palavra ofensiva, qualquer injúria, qualquer ofensa, quer à ação de qualquer membro desta Assembleia ou do executivo. E certamente não deve ter falado da nossa bancada, da minha intervenção de hoje. A minha intervenção de hoje prende-se e, eu não estou aqui a dar nenhuma lição de direito, prende-se com questões formais, questões jurídicas, questões legais que foram suscitadas e que certamente terão uma especial atenção da parte da



senhora Presidente. Eu gostaria que o senhor deputado e colega Luís Rodrigues se retratasse relativamente à nossa bancada. Muito obrigado.” -----

Helena Simões: “O deputado Luís Rodrigues, fez aqui uma alusão a que os jantares de Natal quase que podiam ocorrer aqui nas Assembleias Municipais, dando ideias que o que se passa agora era o mesmo que se passava antes com o anterior executivo. Eu recorro, no anterior mandato, muitos de vós não estavam cá, mas a Presidente da Assembleia Municipal estava, foi suscitado, foi solicitado, aos serviços competentes, um parecer que concluiu que os três elementos de família que estavam cá à data e vamos chamar, como se costuma dizer, os bois pelos nomes, que é para não haver dúvidas, a Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Indaleta Cabrita, o Vice-Presidente à data da Câmara Municipal de Albufeira, Cristiano Cabrita e a esposa, à data Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, tinham os três sido eleitos por sufrágio universal e direto, o que logo não haveria conflito de interesses. Esse parecer foi solicitado, produzido pelas entidades competentes que fiscalizam os serviços, as funções da Assembleia Municipal e foi apresentado nesta Casa. Choca-me um bocadinho que o seu colega de bancada, se calhar não beneficiou dos últimos quatro anos nesta Assembleia, venha para aqui dar alusões de que a nomeação política de uma irmã, nomeação política de uma irmã, é a mesma coisa que três pessoas que foram eleitas por sufrágio universal e direto. Logo, temos aqui duas hipóteses ou o deputado Luís se retrata ou eu, se calhar solicito à Presidente da Assembleia Municipal, porque há de ter garantidamente o expediente do último mandato, que faculta ao colega de bancada esse parecer e que eventualmente ele se retrate na próxima Assembleia.” -----

Luís Rodrigues: “Em relação àquilo que foi dito pelo Dra. Carla Vieira, dizer o seguinte, está gravado nas sessões passadas e, até vou dizer quem foi a pessoa que o disse, o senhor Domingos Coelho, aqui veio dizer que, o nosso partido era populista. Ora, o nosso partido é o meu partido, é a minha bancada. Portanto, estas semânticas, estas retóricas, vamos começar a ser um bocadinho mais lineares naquilo que estamos a dizer. Em relação, àquilo que já fomos apelidados aqui, nesta Assembleia, quando dizem o Chega, sempre que dizem o Chega estão a falar de mim, porque eu fui eleito pelos munícipes que votaram no Chega e, eu fazia parte da lista do Chega, portanto, está gravado nas sessões anteriores. Eu não fui contra ninguém, acabei de dizer que, sempre vos vi na mesma perspetiva em que eu aqui estou, para defender Albufeira. O que eu disse foi, é a quarta sessão de Assembleia, Dra. Carla Vieira. não teve a ver com o que disse hoje, o que disse hoje, eu até subscrevo. Eu também subscrevo aquilo que diz a Dra. Helena Palhota que é, veio um parecer para dizer se eles estavam bem ou se estavam mal. E, aqui tem de ser a mesma coisa. Ainda não veio parecer nenhum, ainda ninguém decidiu nada, nenhum tribunal se pronunciou e já temos aqui as pessoas a dizerem sentenças. É só isso que eu estou a dizer. Não digam sentenças antes de estar sentenciado. Eu também o disse, eu não concordo com nomeações de pessoas que não reúnem condições, nem competências, nem capacidade e, que seja meramente amiguismo. Eu estou a reafirmar aquilo que me estão a dizer, mas de uma outra forma, é não comecem é já a dizer uma sentença que não está lida, porque a Dra. Palhota disse aqui, neste microfone há poucos minutos, foi pedido um parecer, veio os pareceres e estava tudo certo, e foram eleitos. Sim, está tudo certo e foram eleitos. Mas o serem eleitos, não deixa de ser pai e mãe, e filho e prima e tia. A relação



familiar não acaba quando se é eleito, mas disse que legalmente é possível. Ora muito bem, que o seja. Agora vamos fazer uma coisa, em relação à Dra. Sara, já veio algum parecer? Já veio algum tribunal dizer que ela não pode? Então vamos ser corretos, quando vier, Dra. Palhota, então aí a senhora vem aqui e diz assim: “senhor Luis Rodrigues está a ver, veio um parecer que diz isto”. E eu vou lhe dizer assim “ainda bem, ajudou-me a fazer também o trabalho. Outra coisa que eu quero dizer é que eu às vezes falo alto, mas não é por estar zangado, não tem a ver com estar contra ninguém ou estar a acusar alguém. Que fique também esclarecido isso, eu sou assim. Ainda ontem tive uma discussão com uma grande amiga minha, não foi discussão, uma altercação e também falei alto e não estava contra ela. Tenho dito.” -----

Domingos Coelho: “Para já, noto que o tom que aqui estamos a apreciar e, diríamos que a aguentar é um ambiente e um tom que nunca existiu em, já estou aqui há quase dez anos, nunca assisti a este tipo de tom a esta, eu diria, gritaria. Isto faz-me lembrar, o que se passa ou começou-se a passar na Assembleia da República. Ao senhor deputado Luís Rodrigues, se não quer que eu lhe chame populista, tem uma solução boa, é sair do Chega. Porque quando você diz que sou socialista eu não me queixo, por você me dizer que sou socialista, eu sei que sou socialista. Ou seja, os sociólogos definem os partidos de determinada forma, do ponto de vista ideológico, do ponto de vista da sua estratégia, do ponto de vista da sua ação. E o Chega não é por mim, é por N sociólogos, N pessoas que pensam a política, que chamam populistas. Se não quer que seja apelidado de populista, saia do Chega. Eu não considero isso ofensa, assim como não considero uma ofensa se me chamar socialista. Muito obrigado.” -----

Presidente da Assembleia: “Senhor Presidente, antes de lhe dar a palavra quero falar sobre o que foi dito, relativamente à minha pessoa, como Presidente da Assembleia Municipal e depois, quando terminar, irei dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara. E, eu quero começar por responder à senhora deputada Helena Simões, eu já percebi que a senhora deputada Helena Simões ainda não percebeu que eu já não estou sentada ali sozinha. Estou sentada aqui, e quando eu me sento aqui nesta mesa, eu não sou de qualquer partido, sou eu, Presidente da Assembleia Municipal. A senhora deputada tem nove deputados eleitos pelo Chega, mas acha e, prefere mesmo assim fazer oposição só sobre a minha pessoa, sabendo muito bem que neste momento eu estou a presidir, fica lhe mal a vir dizer ali ao microfone palavras ditas por mim, que sinceramente ponho em dúvida, porque nem sequer me revejo muito no vocabulário que usou. Mas, se falou do folheto de campanha, eu não fui eleita sozinha, tem aqui nove deputados. Não faça oposição à Mesa, como fez no seu anterior mandato, porque acho que, não é isso que os eleitores esperam de si. Eu estou aqui como Presidente da Mesa, eu presido e dirijo os trabalhos. E, digo-lhe mais, não conte comigo para entrar nessa sua narrativa de contra-ataque, porque eu não o vou fazer. E, a senhora deputada já há muito que me devia de conhecer. Eu não vou entrar nesse contra-ataque consigo. Eu não estou aqui como deputada. Eu estou aqui como Presidente da Mesa, veja se entende isso. Tem nove deputados, mas a senhora deputada acha que o que deve fazer é oposição à Mesa. Acha mesmo que eu lhe vou responder às perguntas que a senhora me coloca ali, da forma como as coloca? Eu não estou aqui para fazer oposição. Eu estou aqui para representar a Assembleia e presidir os trabalhos. Por isso eu vou terminar e vou-lhe dizer mais uma vez. Pode dizer tudo o que lhe apetecer ali e ser extensiva

como a senhora é, eu não vou entrar nessa narrativa consigo, é que não conte comigo para isso. Relativamente aqui ao dito pela senhora deputada Carla Vieira, os requerimentos que apresentou eu irei à data apresentar resposta, mas quero deixar aqui bem claro, porque eu sou uma pessoa séria e sou uma pessoa de palavra e, sou uma pessoa transparente e, vou contar o que se passou, porque não basta chegar aqui com requerimentos, nós temos que também contar como é que as coisas aconteceram e eu estou aqui para as contar. Quando se marcou a Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara, dois ou três dias antes, penso que foi isso, foi contactado, aliás, não foi contactado. Até vou dizer como é que se passou, porque eu não tenho problemas nenhuns e a senhora deputada já devia de saber disso, porque toda a gente aqui que me conhece, sabe que, eu sou uma pessoa aberta, eu sou uma pessoa cordial e contactável. Não há aqui ninguém que esteja nesta Assembleia Municipal a quem eu não atenda ao telefone, a quem eu não responda e sou educada com todas as pessoas que estão aqui e sou uma pessoa séria. Nós estivemos presentes num jogo de basquetebol na Taça de Portugal e quando saímos do jogo estava lá a pessoa responsável pela organização da Gala do Desporto que, disse ao senhor Presidente da Câmara, Senhor Presidente, tem que fazer um ensaio da Gala do Desporto. E o senhor Presidente disse, e muito bem, claro, quando é que é para fazer o ensaio? E o responsável disse, é no dia vinte e sete pelas dezanove horas. E o senhor Presidente disse: não posso, tenho Assembleia Municipal. O senhor Presidente e, eu, tentámos que este ensaio fosse feito noutro dia, fosse feito noutra hora, o que era completamente impossível, porque quem lá esteve viu a quantidade de figurinos e organizadores que lá estavam. E se o senhor Presidente da Câmara não estivesse presente naquele ensaio, não se conseguia fazer o ensaio. Mas eu posso dizer aqui que, falei várias vezes com o senhor Presidente, fale com a organização, no dia seguinte de manhã, noutro horário e não se conseguia. Era a disponibilidade dos figurinos, dos atletas, das pessoas que estavam envolvidas. O senhor Presidente falou comigo e disse, não temos efetivamente aqui outro horário para se conseguir fazer a gala, uma gala importante para este município. Uma gala focada para os munícipes e pediu-me se eu podia adiar a Assembleia Municipal. E, eu disse, Senhor Presidente, sabe bem que eu não o posso fazer, porque tenho uma Assembleia Ordinária, que por acaso calhava no último dia do mês de fevereiro, porque o mês terminava naquele dia. E eu, como Presidente da Assembleia Municipal, não decido nada por mim, nem de forma individual. Contactei os líderes de bancada e contei a verdade, porque se eu quisesse podia ter dito que seria por uma questão técnica, seria por outra qualquer questão. Não, eu contei a verdade. O senhor Presidente não tinha agenda naquele dia e era preciso fazer-se um ensaio. Falei com todos os líderes de bancada, do CDS não falei com o senhor Luís Afonso, falei com o senhor Desidério Silva e pedi a todos os líderes de bancada para falarem com os membros da Assembleia Municipal para saber se concordavam. Pois bem, ninguém se opôs. Ninguém se opôs. E hoje, a senhora deputada tem o desprante de vir a esta Mesa entregar o requerimento, quando foi a própria que, não apresentou qualquer oposição para reagendar esta Assembleia, atenção, isto é um reagendamento. Acha que eu ia colocar em causa o vosso trabalho? Veja os pontos da ordem do dia. Não há aqui nada, nada que se fosse decidido uma semana depois prejudicasse os membros da Assembleia ou prejudicasse o município, porque eu nunca colocaria isso se assim fosse. Eu sou uma pessoa de palavra. A senhora deputada, não foi uma pessoa de palavra, porque disse, e estão aqui os



líderes de bancada, que não se opunha e agora vem com esse desprante, eu nem reconheço, sou lhe sincera, de vir com este requerimento. Quando foi a própria que não se opôs? Como tem esse atrevimento? Eu ainda não terminei, bastava um dos membros me dizer “eu não concordo”. Ninguém me disse que não concordava. Eu nunca reagendaria esta Assembleia se houvesse um único membro da Assembleia Municipal que se opusesse. E isso não aconteceu. E até lhe digo mais, a senhora deputada teve até aquele dia, até ao dia de hoje para apresentar este requerimento. Mas gostou mais de o fazer ali no púlpito. Não lhe ficou bem, não lhe ficou bem. E lamento, porque tinha consideração por si. E, sabe muito bem, você esteve aqui há quatro anos, tenho criado uma ligação de proximidade com estes líderes de bancada e com membros da Assembleia, porque vocês sabem perfeitamente que nunca receberam tanta informação em quatro meses do meu mandato, do que há quatro anos, sabem muito bem. Sempre vos coloquei a par de tudo, sempre estive contactável com todos. Mas dizer-se uma coisa e, vir aqui fazer o contrário é lamentável, porque eu não prejudiquei ninguém, não prejudiquei o município e não tive qualquer oposição de ninguém relativamente a este reagendamento. Vou terminar com esta frase, a política não é feita assim, não é feita assim. E fica aqui dito o que realmente se passou.” -----

Carla Vieira: “Senhora Presidente, deixe que lhe diga uma coisa, primeiro, também não admito que coloque em causa a minha honestidade, a minha seriedade e a minha amizade com a sua pessoa. Efetivamente, tudo o que disse está correto, mas omitiu uma coisa. Omitiu uma coisa. Eu quando lhe transmiti que tinha falado com o meu grupo e, que não havia oposição, desde que houvesse um motivo justificativo para o reagendamento. E, eu disse-lhe isso via telefone. Não me vai desmentir, não vai desmentir. Eu não tenho que antecipadamente fazer requerimentos. Eu tenho o direito de o fazer em sede de Assembleia, o regimento permite-me isso. Estamos aqui a falar de questões formais e estamos a falar de questões e de pontos deliberativos. E a senhora Presidente, certamente como tem a mesma formação que eu, entenderá o que tiver por conveniente. Mas volto-lhe também a dizer, não me vai acusar, porque eu também vou tomar medidas de desonestidade, de intelectualmente não ter sido correta, porque fui correta e sou uma pessoa correta e mantenho-me sempre assim. Agradeço que se retrate e também não me trata como se eu fosse uma criança, dar-me um puxão de orelhas. Muito obrigado.” -----

Helena Simões: “Presidente, referiu que contactou o líder de bancada Desidério Silva, o senhor Desidério não é líder de bancada. Peço desculpa, foi aquilo que disse aqui. Tanto disse aqui que o anterior líder de bancada, o Dr. Raul Ferreira, no grupo dos líderes de bancada, deu entrada de um requerimento igualmente em relação a esta situação, porque ele não foi consultado. Referiu também, em confronto direto comigo, se calhar, cara Presidente, existem aqui três órgãos neste momento reunidos, a Assembleia Municipal, a Mesa da Assembleia e a Presidente da Assembleia que tem competências próprias, e continuarei até ao fim do mandato a vinculá-la ao dever de fiscalização. Porque eu recorde, a Presidente da Assembleia é um órgão, a Presidência. Não vale a pena me dizer que, porque está agora aí e já não está aqui, não, tem um dever acrescido e, usa esse alegado dever acrescido para dizer que já não está aqui, que tem mais nove para discutir. Não é uma questão de nove, recorde vinte e um, têm a obrigação de fiscalizar, nos quais a Presidente está incluída, vinte e um, têm a obrigação de fiscalizar, nos quais a Mesa da Assembleia tem funções próprias. E, ainda



existe um terceiro órgão que é a Presidente da Assembleia Municipal, que tem responsabilidades acrescidas, nomeadamente a questão da legalidade. E, eu também vou lhe dizer, eu não estava para suscitar isto, mas já que estamos nesta de traquinices de questões legais, Presidente, fevereiro, como disse, tem vinte e sete dias, não tem trinta. Logo, de acordo com o CPA esta assembleia está a ocorrer ao nono dia, não está a ocorrer ao décimo dia, por isso já não é só a questão não ter sido realizada em fevereiro, como a lei obriga, não foi nem realizada em fevereiro, nem no prazo de pré-aviso legal. Mas também digo, já de antemão, não é por aí que “o gato vai às filhoses”. Agora recorde, tal como a minha colega de profissão e da bancada do TUA referiu, nós não podemos ignorar que temos responsabilidades acrescidas, porque temos conhecimento da prática. E eu recorde, Presidente ainda tem mais responsabilidades acrescidas porque para além de ter conhecimento da prática, por ser da sua profissão, é um órgão próprio, tem competências próprias e até lhe fica mal dizer que não vai usar as suas competências próprias para fiscalizar o executivo apenas e só porque são da mesma cor partidária.” -----

Presidente da Assembleia: “Senhora deputada, eu conheço muito bem as funções pelo qual fui eleita como Presidente da Assembleia e, não são aquelas que a senhora quer que eu entre no contra-ataque consigo, ali naquele púlpito. Já lhe disse que, não vai conseguir. Eu já percebi que a senhora deputada está à procura de alguma reação da minha parte. Não a vai ter, e até lhe vou dizer mais, eu falei com o senhor Desidério Silva, na qualidade de cabeça de lista, era o senhor Luís Afonso, líder da bancada, porque não sei se sabe, mas o líder da bancada, Raul Ferreira tinha pedido suspensão, não era o líder da bancada, senhora deputada. Conte as coisas como elas são. O líder da bancada foi imediatamente comunicado. Falei com ele e pedi-lhe desculpa porque tinha falado com o cabeça de lista, mas também disse ao cabeça de lista e a todos os líderes da bancada que tinham de falar com os restantes membros. Eu não me esqueci dos outros membros. Eu tive o cuidado de dizer para falarem com os outros membros. Sobre os dez dias da Assembleia se realizar hoje, eu cumpri depois os dez dias e até lhe vou dizer mais, porque as coisas também têm de ser ditas e as pessoas também têm que saber. Todos estes líderes da bancada sabem que eu marco as Assembleias Municipais, todas com as datas em concordância, em concordância com todos. Eu nunca marquei uma Assembleia Municipal onde eu antes falasse com os líderes da bancada para agendar a data e os senhores líderes da bancada sabem muito bem que eu faço isso e que isso nunca foi feito. Eu só lamento, que o que é bom nunca seja dito. Nunca é dito. Mas eu também estou aqui para o dizer, porque é preciso que seja dito. Sobre o motivo justificativo, sabe muito bem que quando eu lhe telefonei eu lhe expliquei, eu nunca, nunca iria pedir um reagendamento sem explicar o motivo. Mas também acho que, já foi tudo dito hoje, relativamente a este assunto. Da minha parte, já disse tudo o que tinha a dizer, por isso vamos prosseguir com os trabalhos.” -----

Uma vez chegada as vinte e duas horas e trinta minutos a Presidente da Assembleia colocou a votação a continuação dos trabalhos, que foi aprovado por maioria. -----

Presidente da Câmara: “Relativamente à deputada Carla Vieira, não me foi feito qualquer questão, não irei responder, nem irei comentar. Relativamente à Dra. Ana Pífaro, agradecer pela congratulação da Gala e também agradecer por ter trazido o tema do Peneco. Nós sabemos que o Peneco é um símbolo da Albufeira, é um símbolo que representa os albufeirenses, é um marco



turístico. E, para que saiba, nós na semana passada enviamos para a APA, para o Ministério da Saúde e mesmo a própria Capitania a alertar que teriam que ser tomadas medidas urgentes na costa, nas diversas praias de Albufeira. Tivemos um grande desassoreamento, como sabemos, com estas tempestades contínuas e, também tivemos a fragilização das próprias arribas e, claro, a situação eminente do Peneco. Entretanto, a senhora Ministra do Ambiente acudiu, veio ao Algarve, reunimos esta semana na Câmara Municipal de Albufeira, onde expusemos todas as nossas preocupações relativamente ao assoreamento das praias, porque nós sabemos que, se não houver assoreamento, não haverá colocação de areia, e a Páscoa está à porta, em pouco tempo teremos o verão e as pessoas com menos areia, aproximam-se mais das arribas e não queremos que aconteça o trágico episódio que aconteceu em dois mil e nove, com o falecimento de cinco pessoas. E, alertei relativamente ao Peneco, até nos deslocamos à praia para averiguarmos, onde ficou acordado que o LNEC, eu pedi encarecidamente que nós temos de defender o Peneco, o Peneco é a identidade e, que nós estaríamos dispostos, Câmara Municipal de Albufeira, a fazer tudo o que era tecnicamente possível para salvaguardar o Peneco. Entretanto, na conversa, ficou decidido que vinha cá o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, que vem cá na próxima segunda-feira, para ver a situação e tentar achar uma solução. A APA também já esteve a avaliar, entretanto, foi decidido pela Presidente da APA Algarve que a praia teria de ser interdita, foi interdita, se não estou em erro, hoje ao final do dia, só parcialmente até vir cá o LNEC e, não ser avaliado realmente qual é a probabilidade de perigo para as pessoas, porque primeiro tem de estar a salvaguarda e a segurança das pessoas. Por isso, nós estamos em cima do assunto, estamos a tentar resolver e queremos claramente que o Peneco seja salvaguardado, isso para nós é categórico. Por isso, envidar esforços nesse sentido e estamos à espera que na segunda-feira já tenha melhores notícias e uma solução prática para podermos resolver esta situação. Agradecer ao senhor Desidério pelas palavras. Relativamente à deputada Helena Simões, senhora deputada, não convém confundir o exercício legítimo da oposição com a pretensão de se substituir ao executivo na condução dos destinos do município. Essa responsabilidade pertence única e exclusivamente a quem recebeu dos cidadãos um mandato para governar. E, é esse mandato que cumprimos. Quanto às questões que agora volto a enunciar, são matérias sobejamente conhecidas e que repetidamente respondidas, inclusive aos seus requerimentos, que a vossa excelência entendeu a apresentar. Já quanto ao processo disciplinar, cabe-me dizer que, quando cheguei a esta Câmara encontrei pessoas que sempre foram injustiçadas e esquecidas por parte das suas chefias, que deveriam zelar pelos seus direitos. E, não foi isso que foi feito. O que eu acabei por fazer, eu não andei a perseguir ninguém, o que aconteceu realmente é que eu tomei uma atitude e cabe-me dizer, uma atitude que eu acho até bastante corajosa, para que lhe diga, num sentido de missão, proteger quem precisa ser protegido. E cabe-me dizer a quem trabalha na Câmara, que a sua felicidade e os seus direitos são e serão sempre a nossa prioridade, porque só assim é que poderão servir os munícipes. E, senhora deputada, infelizmente aquilo a que temos assistido da sua parte é uma insistência reiterada, sistemática na distorção da realidade, na insinuação e na acusação gratuita. E registo, aliás, que essa forma de atuação já teve a sua devida consequência no plano judicial, como já deve saber, encontrando-se pendente o processo-crime em que vossa excelência é investigada por eventual prática de crime de difamação. Não acompanharei

por isso, nem contribuirei para transformar esta Assembleia num espaço de repetição de falsidades, nem de travestidas, nem de fiscalização política. Fiscalização política que é aproveitada para fazer campanha ou para se autopromover. E, também ao ter referido e ter afirmado que a engenheira Sara Cristina foi nomeada, demonstra duas coisas, demonstra que para uma advogada, o seu conhecimento jurídico é muito parco, porque a diferença entre mobilidade e nomeação é clara. Ou se não é má-fé, ou é pura ignorância. Por isso, da minha parte sobre esta matéria, não há mais nada a acrescentar. Relativamente ao senhor deputado Nelson Cachita, gostei de ouvi-lo, obrigado pelas suas palavras, porque relativamente à habitação, nós sabemos que é uma chaga que deve ser contida, é um dos grandes problemas que atravessa este município. Posso lhe garantir que estamos a trabalhar em soluções habitacionais e que, infelizmente, já gostaria de apresentar projetos de cem, cento e cinquenta, trezentas habitações, mas infelizmente não o posso fazer. Mas concordo consigo, nas cooperativas de habitação também estamos nesse plano. Sabe que eu tenho aquela veia também liberal, já falamos sobre isto, Democrata, Liberal, Direita. Estamos a tentar, se eu pudesse concretizar de um momento para o outro teria o feito, ainda não consegui fazer, estamos nessa senda. Estamos nesse trabalho, e também concordo consigo que deve-se aproveitar os rácios habitacionais de construção, se tiver que se fazer em altura, em vez de se fazer casas geminadas, faz-se em dois, três andares, para se conseguir mais, se for permitido e dentro da legalidade for possível construir. Porque nós temos de uma vez por todas sanar esta necessidade e deixar de empurrar quem cá vive para fora ou de quem cá nasceu para fora deste concelho. Também agradecer ao senhor deputado Henrique Coelho pela sua sinceridade, honestidade e pela visão que sempre demonstrou pela sua querida Albufeira. Sei que tem uma visão própria, sei que gostaria que eu implementasse, isto não está fácil. Eu irei fazer de tudo para pelo menos implementar uma percentagem dessa visão, porque se conseguir implementar uma percentagem dessa visão será altamente benéfico para todos os albufeirenses. Nós já percebemos que Albufeira é TUA, o Partido Socialista, que houve aqui uma mudança na bússola, na estratégia, mas eu continuarei sempre a ser a mesma pessoa. E relativamente à senhora Presidente Rita Coelho, sabe que tenho estima por si, mas tenho de lhe dizer o seguinte, quando quiser saber algo e quiser realmente defender os padernenses, pode vir sempre ao meu gabinete. A porta estará sempre aberta e podemos falar olhos nos olhos, podemos conversar, dialogar e pode me apresentar argumentos, porque eu nunca lhe fechei a porta, nem nunca deixei de lhe responder a mensagem ou algo parecido, porque eu acredito plenamente na democracia. Agora posso lhe dizer uma coisa e, tenho que lhe dizer cara a cara, não me agradou o número político que acabou de fazer, não lhe fica bem, na minha perspetiva, porque se quer falar comigo fala comigo diretamente. Você entenda uma coisa, se quer defender os padernenses não é assim que vai conseguir fazê-lo, garanto-lhe. Vá falar comigo, nós falaremos democraticamente sempre. Porque eu estou aqui a tempo inteiro, eu dedico a minha vida a tempo inteiro para este município. Por isso é que eu lhe estou a dizer isto, não é fazer números políticos ali àquele microfone que é o melhor passo para se conseguir atingir os objetivos. E, digo o mesmo ao senhor Presidente da Junta da Guia, digo-lhe a mesma coisa, a porta está aberta para si, quando você quiser, liga-me, podemos ir almoçar, podemos conversar e dialogar, senhor Presidente. Quando quiser estar a par de como é que estão estas obras, que devem ser lançadas, e disse aqui muito bem, está completamente à vontade.

Eu nunca lhe recusei nada, poderá sempre falar comigo também abertamente. É melhor do que vir ali ao microfone. Eu entendo que isto até poderá dar algum “buzz”, até pode dar ali um enxerto curto para um vídeo. Mas não se esqueça de uma coisa você é o Presidente da Junta e eu respeito, mas eu sou presidente da Câmara, nunca se esqueçam disso, vocês os dois. Tanto vocês os dois, como os outros Presidente de Junta, nunca se esqueçam disso. Nunca se esqueçam disso, eu estou aqui para trabalhar. Eu estou aqui para trabalhar em democracia, eu não estou a ameaçar ninguém, a minha porta está sempre aberta para vocês. A minha porta está sempre aberta. Agora vocês têm de perceber como é que isto funciona, falem comigo, não cheguem aqui a fazer números políticos. Podem falar comigo diretamente, sempre. Eu quero fazer obra na Guia, quem vai ganhar em fazer obra na guia são os guienteses, sou eu como Presidente de Câmara e, você como Presidente de Junta. E, em Paderne também igual, eu tenho todo o interesse em fazer obras nas vossas freguesias, porque eu também tive pessoas que votaram em mim na sua freguesia. Eu tenho todo o gosto e tenho o objetivo de fazer o melhor trabalho possível na Guia e em Paderne. Vocês entendem isso? Entendam isso. Mas não é com este tipo de números políticos, é a minha perspetiva. Pode defender, pode fazer a sua defesa da honra.” -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: “Em primeiro lugar, obrigado pelas suas lindas palavras. Eu estou nesta casa há oito anos, já pertencia à freguesia na Assembleia há quatro anos e nunca fui assim tratado numa Assembleia, como fui agora. Para já, depois deste espetáculo todo, que nós estamos aqui desde as sete e meia, são onze e um quarto, é uma falta de respeito pelos albufeirenses que estão em casa a assistir a isto. Eu tenho vergonha do que está aqui a acontecer. Eu só vim aqui perguntar qual o ponto de situação das obras, nada mais, nada mais Senhor Presidente. A primeira vez que eu cheguei aqui, a Câmara Municipal, quando vim aqui para falar consigo, a porta estava fechada. Onde isso nunca aconteceu.” -----

Presidente da Câmara: “É só entrar.” -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: “Não, não foi. Eu cheguei para entrar e perguntaram se tinha alguma reunião marcada? Não, vinha aqui como é normal, e vinha falar com os vereadores, como já falei várias vezes. Consigo tenho de ligar antes. Segunda-feira, vou ligar para si, ok? E, estas perguntas que eu fiz aqui, vou fazer pessoalmente, cara a cara. Agora peço, você não gosta mais desta terra do que eu, isso garanto eu, e nunca mais vai voltar a falar assim comigo aqui. Porque eu não falei ao respeito a ninguém. Não é necessário estarmos aqui há três horas e meia aos gritos. Eu não fui eleito para estar aqui a ouvir gritos de ninguém, por favor. Eu estou aqui a defender o meu povo. Só perguntei qual o andamento das obras, se estava tudo a correr como previsto, porque você disse e bem, a Páscoa está a chegar e logo a seguir vem o verão. Só por isso, para saber, mais nada. Pode me responder se faz favor? Como é que está o andamento das obras? Obrigado.” -----

Presidente da Câmara: “Primeiro, eu não gritei com ninguém. Tenho estado aqui desde as sete e meia, como o senhor Presidente de Junta. Não, porque não é meu apanágio gritar, eu posso é falar mais alto, eu não grito com as pessoas. Não é esse o meu apanágio, nunca foi, nem é agora que há de ser. Nem na Assembleia da República o fiz, não há de ser nesta casa, como devem imaginar. Relativamente à situação das obras, eu responderei por escrito ou responderei na segunda-feira,



pessoalmente, Senhor Presidente. Relativamente à senhora deputada Margarida Guilherme queria lhe agradecer também pelas suas palavras, dizer que no Conservatório de Albufeira pretendemos fazer um investimento trezentos mil euros para reabilitação, posso dizer que é um grande esforço económico, mas é um esforço que acaba por ser prazeroso para ajudar na formação cultural das crianças. Eu acho que é algo digno e é algo que devemos de avançar para esse investimento. Relativamente ao deputado Luis Rodrigues agradecer, a diferenciação da Gala, mas temos de fazer muito mais, de qualquer das maneiras logo lhe respondo pessoalmente, porque ele não está aqui.” --- Não havendo mais intervenções por parte dos membros, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao Segundo-Secretário para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Assembleia: “Antes de passarmos à Ordem do Dia, durante o intervalo, vieram-me mostrar no telemóvel um vídeo que foi feito. E isto era algo que eu devia ter dito logo no início da sessão e que me esqueci, e que por acaso o município em causa já nem está aqui presente, penso que está lá fora. Os municípios e todos os membros desta Assembleia sabem perfeitamente que esta Assembleia passa via direto no YouTube. E, eu hoje por lapso não o disse, mas na próxima Assembleia Municipal, antes de começarmos os trabalhos, eu vou fazer uma advertência aos municípios que estão nesta sala a fazer uso dos telemóveis, a filmar os membros da Assembleia Municipal e o executivo e a Mesa que estão a trabalhar. Portanto, se a sessão já passa na Assembleia Municipal, os membros da Assembleia não têm de estar a ser fotografados sem o consentimento ou sem autorização dos mesmos pelos municípios. Porque isto tem sido uma prática corrente de alguns municípios que vêm a esta Assembleia Municipal e, eu não posso permitir isso, porque estes membros não deram autorização para serem fotografados ou para serem filmados, para depois aparecerem nas redes sociais sem darem o seu consentimento. Por isso, como Presidente da Mesa, farei essa advertência no início da próxima Assembleia Municipal.” -----

Carla Vieira: “Aproveito também para demonstrar a minha surpresa e estupefação de ter recebido há dias um e-mail de um município que foi dirigido, penso que, à Assembleia Municipal, mas com o conhecimento de todos, de uma pessoa particular e, nem eu, nem a nossa bancada demos autorização. Nem as pessoas devem ter o conhecimento dos nossos e-mails pessoais. Portanto, há aqui também uma clara violação da proteção de dados, do dever de sigilo. Naturalmente, aqui da parte dos serviços. Queira chamar a atenção à Mesa sobre esse assunto.” -----

Presidente da Assembleia: “Agradeço e também faço uso das suas palavras. É inadmissível que seja passada informações dos deputados para o exterior. Mas no que depender de mim, porque eu ando atenta, eu estou atenta, eu vou descobrir quem é que o faz, porque eu não estou aqui a dormir e não vou permitir que as pessoas extravasem as suas funções fazendo uso de e-mails que nunca foram autorizados para passar para o exterior. Como Presidente de Mesa, eu deixo aqui a nota, eu vou descobrir quem é que anda a passar estas informações para o exterior, porque eu não vou permitir mais isto. Está na altura de os membros desta Assembleia serem respeitados.” -----

Desidério Silva: “O facto é que, a fotografia que apareceu há pouco, era a minha e a frase estava descontextualizada. E, a pessoa que fez isso estava aqui e levou um raspanete meu e já cá não está.

Eu também estou atento, não estou dormindo e aproveitei e falei com o fotógrafo, a dificuldade que ele deve ter em traduzir do italiano para português, portanto deve perceber que não gostei, e ele também não deve ter gostado porque já não está cá. Para dizer que, não pode acontecer comigo, nem com ninguém da Assembleia. É um alerta.” -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da **informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal**, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: “Se me permitem, deixava aqui uma reflexão, porque todos pensamos sobre aquilo que se passou nos últimos minutos. Penso que ninguém ganha com isso. Não ganha o executivo, não ganha a senhora Presidente, não ganham as oposições e não ganha a bancada do Chega. É preciso ver o porquê que, muitas vezes isto acontece. Já agora, se me permitem, só mais duas ou três palavras. O problema é que, os deputados que não são do Chega, estão habituados à linguagem que o Chega usa a nível nacional, para situações que de algum modo estão aqui a ocorrer na governação do Chega. Portanto, é normal que as pessoas fiquem também indignadas. Claro que, depois a bancada do Chega, a Presidência não gosta. Ou seja, se todos tivermos um pouco de reflexão e, se todos estivermos um pouco, como se diz, a mão na consciência, se calhar todos podemos mudar qualquer coisa e isto pode mudar muito. Porque tenho já um par de anos de Assembleia e nunca assisti à gritaria que houve aqui, parte a parte e quase ameaças. Sobre isso mais poderia falar e queria falar, mas não quero meter mais, digamos que “acha na fogueira”. Em relação a este ponto, um primeiro momento de avaliação da governação, tradicionalmente diz-se que é ao fim dos cem dias, os primeiros cem dias de exercício de um governo. Claro que nos primeiros cem dias, não estamos à espera de que haja obra física, muita, mas acima de tudo, se esperaria que houvesse pensamento, reflexão, estratégia e decisões. E, é isso que me parece que tem faltado neste executivo. E, um ponto que eu acho que encaixa aqui bem, a questão do PDM. Ou seja, o executivo está praticamente há quatro meses em exercício, ainda não ouvi uma palavra, diríamos, fundamentada com visão para o PDM de Albufeira. Relembro que o PDM começou a ser alterado, ou os estudos para a sua alteração em dois mil e dezasseis, já vão dez anos, e, portanto, isto não é culpa com certeza deste executivo, e até hoje ainda está na gaveta. Por outro lado, também ainda não ouvi uma palavra fundamentada em relação ao modelo de financiamento para a habitação, que se sabe que o senhor Presidente fez a promessa de construir mais de duzentas habitações. Que modelo de financiamento para a habitação? E parece que já houve alguns desenvolvimentos em relação ao outro grande problema de Albufeira, que é a questão do ruído. Até que ponto é que essas conversas com os empresários envolvidos, neste contexto da Baixa e da Oura, o senhor Presidente ficou com algum pensamento positivo. Porque não é só uma necessidade, é uma promessa que o Chega fez, o senhor Presidente. E a questão da segurança, que ainda há poucos dias na baixa de Albufeira, apesar de estarmos ainda em fevereiro já houve confusão na baixa e estamos na altura em que estamos. E, já agora, em relação à segurança, a parte poente da Avenida dos Descobrimentos já há quinze dias



que está praticamente às escuras, entre a principal rotunda até aos semáforos para a Avenida do Ténis está praticamente às escuras. E a Rua António Aleixo, também está praticamente às escuras. Voltando à questão da informação do senhor presidente, o que eu vejo aqui é um vazio de projetos e decisões, o único projeto que aqui está, é um projeto até do governo, na ordem de trabalhos, na ordem do dia. Ou seja, ao fim de quatro meses, penso que o senhor Presidente dizia que o Chega vem para resolver, acho que ou já tinha resolvido alguma coisa ou então tinha mostrado como resolver.” -----

Presidente da Câmara: “Muito obrigado senhor Domingos Coelho pelas palavras, sim já passaram cem dias, disse-me que há falta de pensamento, reflexão, estratégia, não, não há falta de pensamento, nem reflexão, nem estratégia. Só que, não conseguimos implementar a estratégia, nem conseguimos implementar os pensamentos, nem aquilo que queremos de um dia para o outro. Há muita oposição interna para se fazê-lo, mas estamos nesse caminho. Relativamente ao PDM, estamos a analisar, é uma faca de dois gumes, mas não vou abrir mais a reflexão sobre isso. Custos controlados, como eu disse em campanha é aquilo que nós, executivo, queremos apostar. Habitação a custos controlados, habitação de cooperativas, como já aqui foi dito há pouco. Ou seja, nós temos de construir casas, porque se não forem, nada serve, palavras bonitas não arranjam casas, não é? Relativamente à parte do ruído, nós ouvimos aqui os empresários da noite, ainda estou a absorver o que me disseram e vamos ter de ter uma estratégia para combater ou para salvaguardar quem cá vive. Isto tem de ser bom, para quem cá vive e, para quem tem cá um negócio, só que em detrimento de uns não podem os outros ficar prejudicados. Mas vamos ter de tomar medidas muito rapidamente, estamos a correr contra o tempo, os regulamentos têm de ser revistos, temos de ver o tempo que temos para atuar. Relativamente à iluminação a E-Redes é que faz a gestão, o senhor Vice-presidente já tomou nota, vamos ver o que é que realmente se está a passar, porque é inadmissível que não haja iluminação, há de ser algum PT ou alguma fase que está aí em falha, mas de qualquer das maneiras, não sou técnico para ver o que é que realmente se passa, para colmatar essa falha. Eu também gostaria de já ter obra para mostrar, vamos trabalhar nessa senda, eu acredito que vou conseguir, agora o tempo dirá. Mas agradeço ao senhor Domingos Coelho pela reflexão e pelas perguntas. Muito obrigado.” -----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação das atas de 26-11-2025, 12-12-2025 e 30-12-2025; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia colocou as atas a votação. -----

VOTAÇÃO DA ATA DE 26-11-2025: -----

Votos contra: um (01) Helena Simões. -----

Abstencões: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Carla Vieira. -----

Votos a favor: dezanove (19): Luna Silva, Desidério Silva, António Maia, Domingos Coelho, Ana Pífaro, Margarida Guilherme, Luis Rodrigues, Dário Pereira, Maria José Leote, Henrique Coelho, Luis Afonso, Otelo Cabrita, Nuno Cabrita, Nelson Cachita, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de

Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A ata foi aprovada por maioria dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Beatriz Pereira, Sónia Almeida, Flávia Pereira e Raul Annes, pelo que não votaram. -----

Helena Simões: O meu voto contra fundamenta-se no facto de que, à semelhança do ocorrido no anterior mandato terem participado na votação vinte e cinco membros da Assembleia Municipal, os vinte e um membros eleitos diretamente e os quatro Presidentes de Junta de Freguesia que integram o órgão por inerência. Sucede que, o número dois do artigo oitenta e três da Lei setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, determina que a eleição ocorre em cada Assembleia Municipal pelo colégio eleitoral, constituído pelo conjunto dos membros da Assembleia eleitos diretamente. A norma é clara ao restringir o colégio eleitoral aos membros eleitos diretamente para a Assembleia. Os Presidentes de Junta de Freguesia integram a Assembleia Municipal, por inerência, nos termos do duzentos e cinquenta e um da Constituição da República Portuguesa e do artigo quarenta e dois da Lei cento e sessenta e nove de noventa e nove, dezoito de setembro, não tendo sido eleitos diretamente para aquele órgão. Acresce ainda que, o expediente que acompanhou a convocatória incluía, na sua comunicação da própria AMAL, esclarecimento que o Colégio Eleitoral não incluía os Presidentes de Junta. Interpretação que coincide com a letra da lei. Assim, a participação destes membros no ato eleitoral configura violação do disposto no artigo oitenta e três, da Lei setenta e cinco, de dois mil e treze. Vício, violação de lei suscetível de determinar a invalidade da deliberação. Recorde-se que é da competência exclusiva da Presidente da Assembleia Municipal assegurar o cumprimento da lei e a regularidade das deliberações. Veja, portanto, alínea e) do número um do artigo onze do Regimento, a alínea e) do número um do artigo trinta da Lei setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, Regime Jurídico das Autarquias Locais. Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo cinquenta e oito do Código Procedimento Administrativo, aplicável subsidiariamente, bem como ao abrigo das normas regimentais em vigor nesta Assembleia Municipal, vem a signatária requerer que a declaração de voto apresentada e que vai ser entregue à mesa em apreço, seja integralmente transcrita e junta a ata da presente sessão. Acresce que uma das pessoas presentes que participou na votação à data, se encontrava em regime de substituição, ou seja, também não foi eleita por sufrágio universal e direto. Assim, ainda que, formalmente admitido como substituto nos termos regimentais, quem não tenha sido eleito diretamente para a Assembleia Municipal não integra o colégio eleitoral legalmente previsto para este ato específico. A participação de membro substituto não eleito diretamente, como consubstancia, por conseguinte, vício autónomo de violação de lei, reforçando a invalidade da deliberação por incorreta composição do colégio eleitoral. A declaração de voto foi expressamente formulada em sessão e constitui parte integrante da posição assumida pela deputada municipal no exercício do respetivo mandato, devendo, por razões de transparência, rigor procedimental e garantia de memória institucional, constar integralmente do respetivo registo. Eu recorde que à data, houve vinte e cinco votos, dos quais o meu foi abstenção, que era a única possibilidade, ou seja,



votaram vinte e quatro a favor, eu votei em branco porque na altura estávamos a votar uma lista de pessoas. Dito isto, eu vou entregar à mesa a declaração de voto.” -----

Doc. n.º 11 anexo a esta ata. -----

VOTAÇÃO DA ATA DE 12-12-2025: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Carla Vieira. -----

Votos a favor: dezasseis (16) Desidério Silva, António Maia, Helena Simões, Beatriz Pereira, Ana Pífarro, Margarida Guilherme, Luis Rodrigues, Dário Pereira, Maria José Leote, Henrique Coelho, Luis Afonso, Oteló Cabrita, Nuno Cabrita, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A ata foi aprovada por maioria dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Luna Silva, Domingos Coelho, Nelson Cachita, Sónia Almeida, Flávia Pereira, Raul Annes, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, pelo que não votaram. -----

Helena Simões: “Senhora presidente, eu não me sinto em condições de votar este ponto pelo simples facto que eu não recebi por email a ata, e se quiser consultar, nem o tenho disponível neste momento na ferramenta da Assembleia. Da mesma maneira que também não tenho o ponto sete, nem um, nem outro. Ou seja, não consigo votar sobre um documento que eu não tenho acesso.” -----

Presidente da Assembleia: “Senhora deputada, sabe que, quando não recebe os documentos pode solicitar e, eu envio, não tinha de esperar até hoje, já podia ter-me pedido. Até agora, não houve mais nenhum deputado que tivesse dito que não tivesse recebido o documento. Portanto, a senhora deputada Helena Simões foi a única que efetivamente não recebeu, pode ter ocorrido eventualmente um lapso, mas já o poderia ter pedido. Acho que não precisava de esperar até a Assembleia Municipal, até porque eu também não quero que você vote em documentos do qual não tem acesso para ler.” -----

VOTAÇÃO DA ATA DE 30-12-2025: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: duas (02) Carla Vieira e Helena Simões. -----

Votos a favor: dezoito (18): Luna Silva, Desidério Silva, António Maia, Domingos Coelho, Margarida Guilherme, Luis Rodrigues, Dário Pereira, Maria José Leote, Henrique Coelho, Oteló Cabrita, Flávia Pereira, Nuno Cabrita, Nelson Cachita, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A ata foi aprovada por maioria dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Ana Pífarro, Luis Afonso, Beatriz Pereira, Sónia Almeida e Raul Annes, pelo que não votaram. -----

PONTO TRÊS

Tomada de conhecimento da proposta de **alteração ao Sistema de Controlo Interno;** -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, ficou feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO QUATRO

Tomada de conhecimento dos **apoios concedidos à Freguesia de Albufeira e Olhos de Água**; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: “Em relação a este ponto e aos apoios às juntas, queria aqui aproveitar o momento para convidá-los a todos e ao Senhor Presidente também, no Domingo de Páscoa temos a nossa tradicional prova do folar, que é o momento de partilha, de união a partir das dezasseis horas. Senhor Presidente, convido-o também a ir lá partir o bolo, que é a tradição, o Presidente da Junta, o Presidente da Câmara partir o bolo e esse bolo será distribuído pelos fregueses e por quem nos visitar nesse dia. Domingo de Páscoa, estão todos convidados. Em relação aos apoios, ouvi que a Câmara fez algumas podas de árvores numa freguesia no qual eu, no dia onze do doze, também fiz um pedido aqui à Câmara Municipal e ainda não obtive resposta até hoje. Outra situação, a gala do acordeão, ligou-me o senhor que faz todos os anos e, pelas várias freguesias a dizer que, fez o pedido à Câmara, não teve resposta e perguntou como é que era a situação se era para fazer pelas juntas. Para ver essa situação, se nós queremos ter este espetáculo na nossa freguesia, temos de ser nós a assumir. Deve ser a última vez que eu vou estar aqui esta noite, aproveitar que amanhã é Dia da Mulher, um bom dia da mulher para todas vocês, que bem merecem, que aturam estes homens que às vezes levantam aqui a voz, obrigada a todas vocês. E os homens se quiserem ser simpáticos, convidar as esposas para ir à Guia comer um franguinho ou outra coisa qualquer, está bem? Obrigado.” -----

Vice-Presidente: “Só para fazer uma pergunta ao Senhor Presidente, qual era a rua que tinha feito o pedido porque eu não tenho conhecimento, para analisarmos a situação das podas. Todos os e-mails devem ser dirigidos para o geral da Câmara e sempre dirigido ao senhor Presidente. Se for para o meu email, poderá ainda nem ter sido aberto, se foi há pouco tempo, pode acontecer, ou pode ter ido para o spam. Mas tudo o que seja correspondência tem de entrar sempre no geral, que é para dar a entrada para seguir para os serviços. Só mais um reparo, mas sem ofensas, isto era tomada de conhecimento dos apoios concedidos à freguesia de Albufeira e Olhos de Água, não era às freguesias, mas o senhor Presidente se calhar já está candidato aqui à nossa freguesia de Albufeira e Olhos d'Água.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, ficou feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO CINCO

Tomada de conhecimento da **relação dos compromissos plurianuais assumidos pelo Presidente da Câmara**; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Helena Simões: “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados, a vinte e seis de novembro, nesta Assembleia aprovámos uma



delegação que, na prática, poderá funcionar como um cheque em branco ao executivo, ao permitir a assunção de compromissos plurianuais até quinhentos mil euros por ano, com um máximo de três anos. Mas essa delegação não foi ilimitada nem cega, desde logo porque o limite é anual e não global. E depois porque ficou expressamente determinado que em todas as sessões ordinárias deveria ser presente informação detalhada sobre os compromissos assumidos. Ora, analisando o ponto cinco da convocatória, constatamos que já foram assumidos no documento, pelo menos estão espelhados um milhão trezentos e cinquenta e dois mil oitocentos e setenta e três euros e setenta e quatro cêntimos, ao abrigo desta delegação. E por isso a questão é simples, objetiva e legítima Qual é a repartição anual destes encargos? Queremos saber com rigor quanto está imputado a cada ano económico? Que contratos estão incluídos e se em cada ano foi ou não respeitado o limite dos quinhentos mil euros? Porque delegar competências não significa abdicar do dever de fiscalização e transparência não se proclama, demonstra se com números.” -----

Domingos Coelho: “Para além das questões que a deputada Helena Simões colocou eu, acrescentaria, aparece aí uma despesa de cinquenta mil euros para uma auditoria forense. A minha pergunta é, qual o âmbito dessa auditoria e, em que ponto de situação é que está essa auditoria? Depois aparece uma despesa de cinquenta mil euros no catering. A minha pergunta é: em que projeto é que foi aplicada esta verba? E quantas refeições? Ou seja, o que eu solicitava ao senhor Presidente, é que nestas situações viesse uma informação acrescida, porque cinquenta mil euros num catering pode ser pouco, como pode ser muito, não é? Muito obrigado.” -----

Presidente da Câmara: “Muito obrigado aos senhores Deputados pelas questões, como não lhes consigo responder, será respondido por escrito. E tem razão, devia de vir descrito com mais detalhe.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, ficou feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO SEIS

Tomada de conhecimento do **Relatório Anual 2025 - CPCJ de Albufeira**; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Assembleia: “Sobre este ponto eu queria comunicar ao plenário que, a senhora Presidente da CPCJ entrou em contacto comigo e propôs que este relatório fosse exposto e explicado numa Assembleia Municipal temática, porque ela entende que há aqui situações extremamente graves e ela é a melhor pessoa para vos poder responder às questões, é a pessoa de direito, é a pessoa com conhecimento de facto. Portanto, avanço já a dar conhecimento a todos os membros que irá ser feita uma Assembleia Municipal temática com a presença da Senhora Presidente da CPCJ, Dra. Tânia Baptista.” -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, ficou feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação da alteração ao **Regimento da Assembleia Municipal**; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: duas (02) Carla Vieira e Helena Simões. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Luna Silva, Desidério Silva, António Maia, Beatriz Pereira, Domingos Coelho, Ana Pífaró, Margarida Guilherme, Luis Rodrigues, Dário Pereira, Maria José Leote, Henrique Coelho, Luis Afonso, Sónia D’Almeida, Otelo Cabrita, Flávia Pereira, Nuno Cabrita, Nelson Cachita, Raúl Annes, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação da atualização dos valores da **quota a pagar à ANAM;** -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: Carla Vieira e Ana Pífaró. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Luna Silva, Desidério Silva, António Maia, Helena Simões, Beatriz Pereira, Domingos Coelho, Margarida Guilherme, Luis Rodrigues, Dário Pereira, Maria José Leote, Henrique Coelho, Luis Afonso, Sónia Almeida, Otelo Cabrita, Flávia Pereira, Nuno Cabrita, Nelson Cachita, Raúl Annes, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

PONTO NOVE

Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, para **representante no Conselho Municipal de Saúde;** -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Otelo Cabrita: “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores presentes, Senhores Secretários, estimados deputados municipais, estimado público presente e todos aqueles que nos veem através do YouTube, muito boa noite. Neste ponto número nove da ordem de trabalhos, venho apresentar uma proposta em nome do grupo Todos Unidos por Albufeira. A Comissão Municipal de Saúde é um órgão consultivo do município criado para promover uma gestão participativa e democrática da saúde, alinhando com a descentralização de competências. As suas funções incluem definir políticas de saúde locais, emitir pareceres estratégicos, acompanhar o funcionamento das unidades de cuidados de saúde primários e promover a cooperação entre agentes de saúde, autarquia e comunidade. Antes as suas quatro principais



funções de competências, estas serão, ponto um aconselhamento e parceria contribuindo para a definição da estratégia municipal de saúde e emitir pareceres sobre o planeamento da rede de unidades de cuidados de saúde primárias. Dois, prevenção e promoção propondo o desenvolvimento de programas de promoção de saúde e prevenção da doença. Três, articulação promovendo a troca de informações e cooperação entre entidades representadas como unidades de saúde e o município. E quatro, monitorização analisando o funcionamento dos estabelecimentos de saúde locais no contexto da descentralização. A Comissão Municipal de Saúde tem como objetivo analisar e acompanhar o sistema de saúde no município, propondo as ações necessárias e adequadas de promoção da saúde local, alicerçadas numa ampla participação de várias entidades da área da saúde e da sociedade civil. O perfil ideal deve alinhar-se com os critérios acima referidos. A sua avaliação deverá sempre ser feita analisando a sua competência e Rita Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, tem provas dadas. Um candidato a uma Comissão de Saúde exige uma abordagem estruturada que combate rigor técnico com competências e liderança ética. Pois bem, quem melhor estará preparado para gerir preocupações como as atrás descritas, que alguém que durante vinte e cinco anos trabalhou no meio, gerindo situações entre médicos, enfermeiros e utentes. Face ao exposto, o grupo Todos Unidos por Albufeira apresenta a Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Rita Coelho, como a pessoa ideal para o cargo em questão.” (Doc. n.º 12) -----

Presidente da Assembleia: “ A Deputada Margarida Guilherme, apresentou proposta (doc. n.º 13 anexo a esta ata). O partido Chega vem apresentar como nome de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Saúde, o Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira de Olhos de Água, Cláudio Marujo. Uma vez que temos aqui duas listas, a lista apresentada pelo senhor Otelu Cabrita, da coligação Albufeira é TUA será a lista A e a lista do partido Chega será apresentada como lista B.” -----

Passou-se de seguida à votação, por escrutínio secreto, tendo-se verificado o resultado de: -----

LISTA A: dez (10) votos favoráveis; -----

LISTA B: catorze (14) votos favoráveis; -----

Ausências: uma (01). -----

Foi aprovada por maioria a LISTA B, apresentada pela bancada do CHEGA. -----

Foi eleito o Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água – Cláudio Marujo para integrar no Conselho Municipal de Saúde; -----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos, referente ao “**Protocolo de Funcionamento da 3.ª Equipa de Intervenção (EIP) de Albufeira**”, até ao limite de 169 788,94€; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----



Ausências: uma (01) Carla Vieira. -----
Votos a favor: vinte e quatro (24) Luna Silva, Desidério Silva, António Maia, Helena Simões, Beatriz Pereira, Domingos Coelho, Ana Pífaro, Margarida Guilherme, Luis Rodrigues, Dário Pereira, Maria José Leote, Henrique Coelho, Luis Afonso, Sónia Almeida, Otelo Cabrita, Flávia Pereira, Nuno Cabrita, Nelson Cachita, Raúl Annes, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----
 A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro referente à **Candidatura “SIPAM – Sistemas Importantes de património Agrícola Mundial” no âmbito do Aviso n.º ALGARVE – 2024-40 – Conservação da natureza, biodiversidade e património natural, do Portugal 2030**, pelo valor de 29.212,50€; -----
 A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: “Da documentação que nos foi remetida, não consegui encontrar aqui de uma forma clara que objetivo e estratégias e principalmente, que ações a desenvolver no âmbito deste projeto. Mas como gosto de dar sugestões, dava aqui uma sugestão e não sei se poderá ser viável, na zona de Paderne, no sítio chamado as Alagoas, existe um terreno, um espaço, que em tempos foi propriedade da Hidráulica do Guadiana, que depois remeteu para o Ministério do Ambiente, e por aí fora, onde há uma diversidade apreciável, especialmente em anos húmidos, como este ano e como no ano passado e portanto, dado que é um espaço, ou pelo menos era já público, onde essa biodiversidade, onde existe os furos da Câmara, que em tempos abasteceram Albufeira e que hoje são uma reserva e não fosse a chuva do ano passado, estavam preparados para voltar a trabalhar, portanto, sugeria que, fosse estudada a possibilidade de integrar esse espaço neste projeto e, que, no fundo, serviria como uma reserva natural de interesse concelhio e de proteção da biodiversidade. O sítio das Alagoas em Paderne, na direção de Lentiscais.” -----

Presidente da Câmara: “Agradecer ao senhor Domingos Coelho, pela indicação da integração da Lagoas de Paderne neste protocolo. Vou falar com os serviços, ver se é possível ou não o fazer. Se for possível, vejo com bons olhos. Muito obrigado pela informação.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Carla Vieira. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Luna Silva, Desidério Silva, António Maia, Helena Simões, Beatriz Pereira, Domingos Coelho, Ana Pífaro, Margarida Guilherme, Luis Rodrigues, Dário Pereira, Maria José Leote, Henrique Coelho, Luis Afonso, Sónia Almeida, Otelo Cabrita, Flávia Pereira, Nuno Cabrita, Nelson Cachita, Raúl Annes, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----



A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

PONTO DOZE

Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, para **representante no Conselho Municipal de Educação**; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Maria José Leote: Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimos Vereadores, Excelentíssima Presidente da Assembleia Municipal e restantes Membros da Mesa, Excelentíssimos Membros da Assembleia Municipal e caríssimos Municípes, de acordo com o Regimento Interno do nosso Conselho Municipal de Educação, aprovado a dezassete de julho de dois mil e vinte e três, que por sua vez, se baseia no decreto lei vinte e um de dois mil e dezanove, as competências do Conselho Municipal de Educação são muito variadas. No entanto, destaco algumas constantes do artigo dois, nomeadamente a coordenação do sistema educativo, a articulação da política educativa com outras políticas sociais, a adequação das diferentes modalidades de ação social, medidas de desenvolvimento educativo, nomeadamente no âmbito de apoio a crianças e jovens de necessidades educativas especiais, ou seja, as competências são mesmo muito variadas. O ponto três do Regimento também diz que, para o exercício das competências do Conselho Municipal de Educação devem os seus membros disponibilizar de informação de que disponham relativa aos assuntos a tratar. Tendo em consideração estas competências anteriormente referidas, a Coligação Albufeira é TUA considera que o senhor Presidente da Junta de Freguesia, Dinis Nascimento, reúne as melhores condições para o cargo, não só pela sua formação de base e profissão de professor, mas também porque no exercício do seu cargo de Presidente de Junta de Freguesia, tem desenvolvido uma ação de grande proximidade com as escolas. É de conhecimento público que, para além do apoio que a Junta de Freguesia da Guia tem disponibilizado, o próprio tem demonstrado grande envolvimento em iniciativas das escolas, o que lhe confere um real conhecimento da vida, da dinâmica e das necessidades das mesmas. A título de exemplo, poderia referir a sua presença nas mais variadas atividades desportivas, educativas, culturais, por exemplo, as atividades das Bibliotecas Escolares do Agrupamento de Escolas de Albufeira Poente. Em suma, propomos o Senhor Presidente Dinis Nascimento para representar as Juntas de Freguesia do concelho de Albufeira no Conselho Municipal de Educação.” (Doc. n.º 14 anexo a esta ata) -----

Foi apresentada uma lista única, proposta da Coligação Albufeira é TUA, no sentido de eleger o Presidente da Junta de Freguesia da Guia: Dinis Nascimento. -----

Passou-se de seguida à votação, por escrutínio secreto, tendo-se verificado o resultado de: -----

Votos favoráveis: treze (13); -----

Votos em branco onze (11); -----

Ausências: uma (01). -----

Foi aprovada por maioria a LISTA ÚNICA, apresentada pela bancada da Coligação Albufeira é TUA. -----

Foi eleito o Presidente da Junta de Freguesia da Guia – Dinis Nascimento para integrar no Conselho Municipal de Educação. -----



Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, a Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 00:30 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 6 de março de 2026 -----

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____



Doc. n.º 1

Raúl Manuel Soares Ferreira

Praceta Jornal A Avezinha, lote 31, loja E
8200 – 347 Albufeira

Exma. Senhora
Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira
M.D. Dra. Luna Silva

Albufeira, 03.03.2026

Assunto: renúncia de mandato de membro da AM (2025/2029).

Exma. Sra. Presidente

Venho pelo presente apresentar, a V. Exa., nos termos do disposto no n.º 1 e 2 do artigo 76.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, a minha renúncia ao mandato de eleito para integrar a Assembleia Municipal de Albufeira, com efeitos imediatos, por motivos de ordem pessoal.

Aproveito o ensejo para, na pessoa da M.D. Sra. Presidente, endereçar a todos os membros da Digníssima Assembleia Municipal de Albufeira os m/ cordiais cumprimentos e os sinceros votos de que o exercício deste mandato seja profícuo para o desenvolvimento do Município de Albufeira e do bem-estar de todos os Albufeirenses, sempre dentro dos princípios do humanismo e da democracia.

Apresento-lhe os m/ sinceros cumprimentos.


Raúl Ferreira



Doc. n.º2

RENÚNCIA AO MANDATO

Eu, **Cláudia Sofia Pais Raimundo**, eleita como membro da Assembleia Municipal de Albufeira, pela Coligação SER ALBUFEIRA venho, pelo presente, comunicar a minha **renúncia ao mandato de membro da Assembleia Municipal.**

A presente decisão é tomada por motivos profissionais pelo que solicito que sejam desencadeados os procedimentos legais necessários à minha substituição, nos termos da lei aplicável.

Mais declaro que estou ciente de que a renúncia produz efeitos após a sua formalização e comunicação aos órgãos competentes.

Sem outro assunto de momento, apresento os meus melhores cumprimentos.

Albufeira . 4 de Março de 2026



Doc. n.º3



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA

 **Termo de Posse**

Aos seis dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, onde se realizou a sessão ordinária desta Assembleia Municipal eu, Luna Silva, Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira, em conformidade com a legislação aplicável formalizo a Tomada de Posse ao cidadão Alberto Esteves do Rego Saraiva, da Coligação Ser Albufeira.

O presente Termo de Posse vai ser por mim assinado e pelo empossado.

A Presidente da Assembleia Municipal, Luna Siva



Alberto Esteves do Rego Saraiva – Coligação Ser Albufeira





Doc. n.º4



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA

Termo de Posse

Aos seis dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, onde se realizou a sessão ordinária desta Assembleia Municipal eu, Luna Silva, Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira, em conformidade com a legislação aplicável formalizo a Tomada de Posse ao cidadão Flávia Rodrigues Pereira, da Coligação Ser Albufeira.

O presente Termo de Posse vai ser por mim assinado e pelo empossado.

A Presidente da Assembleia Municipal, Luna Siva

Flávia Rodrigues Pereira – Coligação Ser Albufeira

Flávia Rodrigues Pereira



Doc. n.º5

Fazendo-se constar a seguinte redação da transacção em nome da Assistente **Cláudia Guedelha**:

1. O Arguido Daniel Silvestre Rodrigues Saúde assume que não correspondem à verdade as publicações que fez na rede social *Facebook* especificamente no grupo "Albufeira em Primeiro" relativamente à Dra. Cláudia Guedelha;
2. O Arguido Daniel Silvestre Rodrigues Saúde pede desculpa por todos os transtornos que causou, abstendo-se de fazer publicações no futuro de teor idêntico;
3. O Arguido Daniel Silvestre Rodrigues Saúde publicará a presente acta/sentença na rede social *Facebook* especificamente no grupo "Albufeira em Primeiro" e, caso não o consiga ou o administrador não o permitir, publicará a sentença na sua página pessoal da respetiva rede social *Facebook*;
4. Enviará a sentença/acta para o Sr. Presidente da Câmara da Albufeira e para o Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira, com vista à sua leitura na próxima assembleia, devendo o envio ser pelos mesmos meios que utilizou nas participações e comunicações que fez;

Exma.

Senhora Presidente da Assembleia Municipal,
Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Senhoras e Senhores Membros Assembleia Municipal,
Senhores Vereadores, minhas senhoras e meus senhores,

Compareço hoje perante V. Exas, na qualidade de Presidente da Juventude Desportiva de Paderne, colectividade com mais de 30 anos e com cerca de 300 sócios.

Paderne, é a maior, e a principal, Freguesia histórica do concelho de Albufeira, desempenhou, ao longo dos séculos, um papel relevante na organização do território Algarvio, No entanto, é uma das Freguesias do Algarve mais desfavorecidas, é também a Freguesia, mais desprotegida em termos de investimento, e em termos da consagração das articulações com o pdm.

O reavivar desta associação, no âmbito dos interesses da própria população, faz com que a associação, por dificuldades relacionadas com a falta da sede, possa desenvolver os seus projectos, de acordo com os interesses da própria população, não só Paderne, mas do Concelho e da Região

Dado as dificuldades de comunicação, e a indefinição da autarquia, a associação está muito prejudicada, Isto não é, nada contra ninguém, mas a associação não sobrevive, como nenhuma associação sobrevive, com a falta de apoio da câmara municipal.

E assim, como a câmara tem dado apoio, a outras associações, e como a câmara tem feito, na ausência de uma regulamento municipal, para as associações, a JDP sofre, porque não consegue enquadrar a sua situação, naquilo que é o desenvolvimento das outras, que gastam muito dinheiro ao concelho, mas que esta, só pretende uma sede.

Não tem qualquer investimento para a câmara municipal, e é imprescindível para o desenvolvimento dos projectos, tal como a marca Rotas do Al-Gharb, campo multiusos, etc.

Meus senhores, não conseguimos evoluir sem a sede.

Actualmente, muitas das nossas reuniões e iniciativas, acabam por ser organizadas em cafés, esplanadas ou locais improvisados. Não por opção, mas por necessidade.

Segundo informação transmitida pela JFP, foi proposto a cedência das instalações da antiga sede do Rancho folclórico ou antigo ATL, para nossa associação, tendo também, sido referido que todos os pedidos existentes, não se enquadram nas características das referidas instalações.

Falamos de um imóvel que se encontra encerrado e em degradação por falta de uso, há mais de 15 anos, como tantos outros infelizmente em Paderne.



É difícil compreender, que um espaço público, permaneça a degradar-se, e sem utilidade há tantos anos, quando uma associação activa, com centenas de sócios, precisa de um local para trabalhar, reunir e servir a comunidade.

Por isso, as perguntas que deixamos são simples e directas:

Existe intenção política da CMA de disponibilizar o espaço à JDP ou indicar uma alternativa viável?

Em que prazo poderá existir uma decisão?

*Senhor Presidente,
Meus senhores e minhas Senhoras,*

Não estamos aqui a pedir privilégios, estamos a apresentar propostas, trabalho, e vontade de contribuir para o desenvolvimento do interior do concelho. A ausência prolongada de respostas pode comprometer a captação de fundos comunitários, o dinamismo do movimento associativo e a confiança das pessoas nas instituições.

Meus Senhores e minhas senhoras “Quando o associativismo se organiza e apresenta soluções, a obrigação da política é decidir.”

Falta apenas a decisão de quem governa, é por isso que estamos cá hoje. Precisamos de ajuda. Ajudemos a criar melhores condições para a população se socializar, desfrutar de actividades culturais e desportivas, e para que no concelho, o turismo não seja, só sol e Praia, mas também a nossa riqueza histórica. Está é enorme, tem estado esquecida, no nosso concelho. Os turistas precisam conhecer a história de Portugal, do Algarve de Albufeira.

Paderne é uma Freguesia com grande riqueza histórica, muito pouco divulgada. Os nossos projectos irão divulgar a nossa História, fomentar o turismo nesta vertente, Albufeira não pode desperdiçar esta riqueza. A CMA tem obrigações com Paderne.



Doc. n.º7

De: Alunos da turma 10ªA do Curso Científico-Humanístico de Línguas e Humanidades
 Agrupamento de Escolas de Albufeira
 Escola Básica e Secundária de Albufeira
 Vale Pedras, 8200-047 Albufeira

Para: Presidente da Câmara Municipal de Albufeira
Dr. Rui Cristina
 Rua do Município
 8200-077 Albufeira

Albufeira, 23 de novembro de 2025

Assunto: Proposta de melhoria das condições de acessibilidade no espaço público

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Albufeira
 Dr. Rui Cristina,

Somos alunos do 10.º ano da turma A, da Escola Básica e Secundária de Albufeira, e vimos, por este meio, expressar a nossa preocupação relativamente às dificuldades de acessibilidade que ainda se verificam em diversos locais do espaço urbano de Albufeira, sobretudo para pessoas com mobilidade reduzida, nomeadamente utilizadores de cadeira de rodas.

No âmbito das atividades desenvolvidas na disciplina de Português, em articulação com a equipa de Educação Especial, e tendo em conta a proximidade do **Dia Internacional das Pessoas com Deficiência** (3 de dezembro), realizámos um trabalho de sensibilização e observação direta em vários espaços da cidade. Esta iniciativa surgiu também da nossa experiência diária com uma colega que se desloca em cadeira de rodas, o que nos permitiu compreender melhor os obstáculos que muitas pessoas enfrentam para se moverem de forma autónoma e segura.

Ao longo deste trabalho, procedemos à observação e registo fotográfico de locais onde são visíveis barreiras que limitam a circulação e a participação plena na comunidade, tais como:

- lancis não rebaixados junto a passadeiras;
- passeios estreitos, inclinados ou obstruídos;
- pavimentos irregulares ou degradados, que dificultam a deslocação em cadeira de rodas ou com auxiliares de marcha.

Consideramos que intervenções pontuais nestes e noutros pontos identificados poderiam contribuir significativamente para uma cidade mais acessível, inclusiva e acolhedora, beneficiando não só as pessoas com deficiência, mas também idosos, famílias com carrinhos de bebé e todos os cidadãos.

Assim, vimos solicitar a V. Ex.ª que estas situações possam ser avaliadas pelos serviços competentes e que seja considerada a implementação de soluções que promovam a acessibilidade



universal nos locais em causa. Colocamo-nos igualmente à disposição para partilhar o relatório fotográfico que elaborámos, caso entendam ser útil para apoiar esse trabalho.

Pensamos que, em conjunto – alunos, escola e autarquia – podemos fazer a diferença e contribuir para facilitar a mobilidade das pessoas que utilizam cadeira de rodas, dando mais um passo para que Albufeira seja uma verdadeira cidade para todos e ao encontro das necessidades de cada um.

Atenciosamente,

O Subdelegado de Turma

Salvador Dias

As Professoras responsáveis

Caridade Santos

Sónia Reis

A Diretora do Agrupamento









Rep. 1



Sessão da Assembleia Municipal de Albufeira 06 de Março de 2026

Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira,

A Bancada da Coligação Albufeira É Tua, vem expor e requerer a V. Exa. o seguinte:

Sabendo que a administração local autárquica, são pessoas colectivas de direito público de base territorial dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução de interesses próprios das respectivas populações e que se regem por princípios fundamentais como:

- O princípio da legalidade;
- O princípio da prossecução do interesse público e da protecção dos direitos e interesses dos cidadãos;
- O princípio da boa administração;
- O princípio da igualdade;
- O princípio da proporcionalidade;
- O princípio da justiça de razoabilidade;
- O princípio da imparcialidade;
- O princípio da boa-fé;
- O princípio da colaboração;
- O princípio da participação;
- O princípio da responsabilidade;
- O princípio da decisão.

E que, qualquer violação clara destes princípios, implicam consequências graves, nomeadamente as constantes no artigo 161º e seguintes do CPA.

Rita Coelho
[Handwritten signatures]



Tendo presente que é da exclusiva competência da Sra. Presidente da Assembleia Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 11.º do Regimento desta Assembleia Municipal, convocar as sessões ordinárias e extraordinárias, suscita-nos sérias dúvidas a decisão, também da Sra. Presidente da Assembleia Municipal de reagendar a mencionada sessão, sem que tivesse invocado qualquer motivo justificativo para tal.

Ora, diz-nos o artigo 22.º n.º 1 do Regimento desta Assembleia e o artigo 27.º n.º 1 da Lei 75/2013 que:

“ A assembleia municipal reúne em cinco sessões ordinárias anuais, em Fevereiro, Abril, Junho, Setembro, Novembro ou Dezembro.”

Tratando-se de uma assembleia ordinária e Interpretando o espírito da lei, o agendamento das sessões ordinárias tem natureza imperativa, impondo taxativamente, a realização com carácter obrigatório o respectivo número de sessões ordinárias e nos meses fixados.

Na verdade, não existindo excepção legal aos supra mencionados artigos, a realização das sessões ordinárias fora dos meses referidos, constitui clara violação da lei, podendo, por isso, as deliberações tomadas nas assembleias serem anuladas, uma vez que são actos praticados com ofensa dos princípios e normas jurídicas aplicáveis, cuja violação não preveja outra sanção, artigo 161.º CPA.

Por outro lado é dever da Sra. Presidente da Assembleia Municipal nos termos do disposto no artigo 11.º n.º 1 e) e artigo 4.º n.º 1 a) do Estatuto dos Eleitos Locais, “observar escrupulosamente as normas legais e regulamentares aplicáveis aos actos por si praticados ou pelos órgãos a que pertencem”.

Assim, para salvaguarda dos deputados da Bancada da Coligação Albufeira É Tua e porque o assunto em causa reveste natureza sensível, pelas consequências legais que podem advir de tal facto requeremos por escrito que seja remetido às entidades competentes, CCDR; ANAM e Ministério Público do TAF de Loulé para pronúncia e emissão de parecer.

[Handwritten signatures and notes]
 Riba
 corredo



Doc. n.º9

Req. ②



Sessão da Assembleia Municipal de Albufeira 06 de Março de 2026

Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira,

A Bancada da Coligação Albufeira É Tua, vem expor e requerer a V. Exa. o seguinte:

Na sessão da Assembleia de 30 de Dezembro de 2025, foi levantada a questão de eventual incompatibilidade ou impedimento do exercício de funções de cargo de direcção intermédia de 1º grau, em concreto nomeação de Director de Departamento de Projectos e Edifícios Municipais e simultaneamente de deputado na assembleia municipal.

Nos termos do artigo 20º da Lei n.º 35/2014 de 20 de Junho, as funções públicas são, em regra, exercidas em regime de exclusividade.

Ora, os eleitos locais, no exercício das suas funções, encontram-se vinculados a múltiplos deveres, sendo, neste contexto, de destacar, em matéria de legalidade, o de actuarem com justiça e imparcialidade e, em matéria de prossecução do interesse público, o de salvaguardarem e defenderem os interesses públicos do Estado e da respectiva autarquia, respeitando o fim público dos poderes em que se encontram investidos.

Ora, o estabelecimento de um regime de "incompatibilidades", no âmbito da administração autárquica, acolhe as directrizes constitucionais plasmadas nos artigos 266.º e 269.º da Constituição e tem como finalidade última garantir a independência e a imparcialidade da actuação dos titulares dos órgãos autárquicos, mas também assegurar uma "adequada dedicação" destes aos respectivos cargos.

Para se aferir se uma determinada actividade ou um certo cargo ou função é ou não incompatível com outra(o), é necessário verificar se existe previsão legal nesse sentido, ou seja, é necessário que essa incompatibilidade se encontre expressamente prevista na lei.

[Handwritten signatures]
 Rui Costa
 Rita Costa



De facto, a incompatibilidade traduz-se na proibição legalmente estabelecida de exercício em simultâneo de determinadas funções ou cargos, pelo facto de o legislador entender que a acumulação dessas funções ou cargos pode ameaçar a prossecução do interesse público, seja qual for a pessoa que estiver em causa e independentemente de esta ter ou não algum tipo de interesse numa determinada decisão (contrariamente ao impedimento que, (...) respeita a um concreto procedimento ou a uma determinada posição do sujeito).

Já os “impedimentos”, corolário do princípio da imparcialidade, verificam-se quando determinadas causas objectivas, expressamente previstas na lei se interpõem entre o titular de órgão da Administração Pública e a matéria objecto ou a pessoa destinatária da sua intervenção num concreto procedimento, assim se patenteando/pressupondo, “ex lege” (daí que o impedimento opere automaticamente), a existência de um real ou potencial conflito de interesses e inibindo, por isso, a actuação do titular do órgão, por essa via se protegendo/garantindo a imparcialidade, do mesmo passo que outros princípios fundamentais.»

Face ao exposto, por uma questão de clarificação, esclarecimento, transparência e legalidade do exercício das duas funções, requeremos por escrito que seja remetido às entidades competentes, CCDR; ANAM e Ministério Público do TAF de Loulé para pronúncia e emissão de parecer.



 António Rui


 Rita Coelho



Req. ③



Sessão da Assembleia Municipal de Albufeira 06 de Março de 2026

Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira,

A Bancada da Coligação Albufeira É Tua, vem expor e requerer a V. Exa. o seguinte:

Na sessão da Assembleia Municipal realizada a 30 de Dezembro de 2025, foi levantada a questão da mobilidade e posterior nomeação da Sra. Engenheira Sara Cristina para o cargo de coordenação como adjunta do Gabinete de Apoio À Vereação, que consideramos ter sido à revelia dos normativos legais.

Diz-nos o Artigo 2.º da Lei 78/2019 de 02 de Setembro que:

1 - Os membros dos gabinetes de apoio aos titulares de cargos políticos e cargos públicos são livremente designados e exonerados por despacho do titular do cargo respectivo.

2 - Não podem ser nomeados para o exercício de funções nos seus gabinetes de apoio:

- a) Os cônjuges ou unidos de facto do titular do cargo;
- b) Os ascendentes e descendentes do titular do cargo;
- c) Os irmãos e respectivos cônjuges e unidos de facto do titular do cargo;
- d) Os ascendentes e descendentes do cônjuge ou unido de facto do titular do cargo;
- e) Os parentes até ao quarto grau da linha colateral do titular do cargo;
- f) As pessoas com as quais o titular do cargo tenha uma relação de adopção, tutela ou apadrinhamento civil.

3 - A violação do disposto no número anterior determina a nulidade do ato de nomeação, bem como a demissão do titular do cargo que procedeu à nomeação.

4 - Consideram-se gabinetes de apoio para efeitos do presente artigo, nomeadamente, o gabinete e as Casas Civil e Militar da Presidência da República, os gabinetes de apoio ao Primeiro-Ministro e aos membros do Governo, os gabinetes de apoio existentes na Assembleia da República e nas Assembleias Legislativas das regiões autónomas, incluindo os dos respectivos grupos parlamentares, e os gabinetes de apoio aos órgãos das autarquias locais.

Acresce ainda que a mobilidade da Técnica em questão acarreta um acréscimo de benefício salarial aos cofres do Município.

Pelo exposto, e por entendermos existirem razões de clara violação dos normativos legais requeremos por escrito que seja remetido às entidades competentes para pronúncia e emissão de parecer.

(Handwritten signatures)
 Rita Coelho



DECLARAÇÃO DE VOTO

O meu voto contra fundamenta-se no facto de, à semelhança do ocorrido anteriormente, terem participado na votação 25 membros da Assembleia Municipal — os 21 membros eleitos diretamente e os 4 Presidentes de Junta de Freguesia que integram o órgão por inerência.

Sucede que o n.º 2 do artigo 83.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, determina que:

“A eleição ocorre em cada assembleia municipal pelo colégio eleitoral constituído pelo conjunto dos membros da assembleia municipal, eleitos diretamente (...)”.

A norma é clara ao restringir o colégio eleitoral aos membros eleitos diretamente para a Assembleia Municipal.

Os Presidentes de Junta de Freguesia integram a Assembleia Municipal por inerência, nos termos do artigo 251.º da Constituição da República Portuguesa e do artigo 42.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, não tendo sido eleitos diretamente para aquele órgão.

Acresce que o expediente que acompanhou a convocatória incluía comunicação da própria AMAL esclarecendo que o colégio eleitoral *“não inclui os Presidentes de Junta de Freguesia”*, interpretação que coincide com a letra da lei.

Assim, a participação destes membros no ato eleitoral configura violação do disposto no artigo 83.º, n.º 2 da Lei n.º 75/2013, vício de violação de lei suscetível de determinar a invalidade da deliberação.

Recorde-se que é da competência exclusiva da Presidente da Assembleia Municipal, assegurar o cumprimento da lei e a regularidade das deliberações (Vide al. e), do n.º 1, do art.º 11.º do Regimento e al. e), do n.º 1, do art.º 30.º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, Regime Jurídico das Autarquias Locais).

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 58.º do Código do Procedimento Administrativo, aplicável subsidiariamente, bem como ao abrigo das normas regimentais em vigor nesta Assembleia Municipal, vem a signatária requerer que a declaração de voto apresentada relativamente ao ponto em apreço seja integralmente transcrita e junta à ata da presente sessão.



Doc. n.º12

Lista A



PONTO 9

Sessão da Assembleia Municipal de Albufeira 06 de Março de 2026

A Bancada da Coligação Albufeira É Tua, vem indicar a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Rita Coelho como representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Saúde.

Albufeira, 06 de Março de 2026

[Handwritten signatures]
Rita Coelho



Doc. n.º13



Assembleia Municipal de 06 de Março de 2026

Ponto 9. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para representar no Conselho Municipal de Saúde

O Partido CHEGA vem apresentar como nome de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o **Conselho Municipal de Saúde**, o Presidente de Junta de Albufeira e Olhos de Água, **Cláudio Marujo**.

Albufeira, 05 de Março de 2026

A Líder de Bancada em Substituição do Grupo Municipal do Partido CHEGA

Margarida Guilherme



Doc. n.º 14



PONTO 12

Sessão da Assembleia Municipal de Albufeira 06 de Março de 2026

A Bancada da Coligação Albufeira É Tua, vem indicar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Dinis Nascimento como representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação.

Albufeira, 06 de Março de 2026